

# NOSOTRAS

No estica e encolhe das coisas, no contrair e no relaxar, no cair e no levantar, forja-se o relevo do tecido que nos reveste.

# Editorial

Esta é a primeira edição da revista *Nosotras*, do grupo de pesquisa Mulher e Mídia da PUC-SP. Somos um coletivo formado por professoras, funcionárias, alunas e ex-alunas do curso de Jornalismo.

O grupo e a revista foram criados em 2022, momento de reencontro após dois anos de isolamento social em que os direitos sociais, inclusive os da mulher, foram deixados de lado. Hoje, estamos reunidas e mais fortalecidas para falar sobre as lutas feministas dentro e fora da mídia e para impedir que as pautas conservadoras não sejam ampliadas no cenário político.

Dentro dessas páginas, não existe um fio da meada. Passando por pensamentos reflexivos em viagens de ônibus para localizações desconhecidas e chegando em explicações críticas sobre a sexualidade na terceira idade, buscamos publicar o que nossa voz exige.

Falar sobre feminismo não implica necessariamente em teoria, porque a opressão está em cada interação ínfima do nosso cotidiano. E, assim como a violência não se limita, também não queremos nos limitar em formatos de texto, temas ou linguagens.

Somente na união de nossas diferenças e na apropriação das diversas formas de comunicação podemos nos emancipar completamente. É com arte e com crítica, com imaginação e realidade, com poesia e reflexões, com imagem e texto que trazemos nossos estudos de gênero.

Somos mulheres de diferentes idades, sexualidades, cores e experiências. **Nós** escrevemos sobre nossas experiências, mas esperamos tocar as **outras** mulheres, aquelas que em sua infinidade de vivências não conseguimos representar, mas podemos alcançar por um ponto tangente. Essa revista é de todas e por isso é nossa. **Nosotras**.

Boa leitura!

## EXPEDIENTE NOSOTRAS

Editora Responsável Anna Flávia Feldmann  
Editora-assistente Gabriela Costa

### Pesquisadoras

Bianca Novais  
Catharina Gaidzinski  
Nanda Querne  
Isabela Cagliari  
Laura Ré  
Maria Ferreira dos Santos  
Marlyvan Moraes de Alencar  
Pary Souza  
Simone Nascimento  
Sofia Duarte  
Malu Araújo  
Sônia Xavier  
Vanessa Loiola  
Virginia Mencarini

Ensaio de fotos Eva Pacheco, Sophia Linares

Foto de capa Sophia Linares

Projeto e diagramação Alline Bullara

**Nosotras** é a revista do grupo de pesquisa Mulher e Mídia do curso de Jornalismo da PUC-SP.

Rua Monte Alegre 984 – Perdizes  
CEP 05014-901 – São Paulo-SP  
Fone (11) 3670-8205

Ed. Número 01 – Novembro de 2022

Referência PIPEQ

Plano de Incentivo à Pesquisa

**PIPEq**  
PUC-SP

# Sumário

Angela Davis e Judith Butler: o sujeito mulher na contemporaneidade	4
Sem título, sem amarras: a ficção científica dos acoplamentos	6
Imprensa e discriminação contra mulher: quando as jornalistas são o alvo	9
A participação da mulher no mercado da música, com ênfase nos principais festivais brasileiros de 2022	11
As mulheres, “o outro”? – As inúmeras contradições acerca da feminilidade	14
Como é ser uma mulher sexualmente ativa na velhice?	17
Conhecer os mecanismos dos relacionamentos abusivos é recurso eficaz para combate de violência contra as mulheres	18
Eu queria ser Chica da Silva	21
Da vista do ônibus	24
Ensaio fotográfico	26
Beatles, solidão, sexo, arqueologia e o que podemos aprender com a Capricho	29
Childfree: até que ponto é permitido proibir a entrada de mães e filhos nos estabelecimentos?	32
O grito de Dandara: as vozes do Quilombo do Cafundó	34
Senzala contemporânea: o papel do trabalho doméstico no avanço do feminismo	36
Jornalista peruana compartilha sua paixão pelo jornalismo e as dificuldades da profissão diante de ataques constantes	39
Gozo feminino: censurado, liberto e redescoberto	42

## Angela Davis e Judith Butler O sujeito mulher na contemporaneidade

Por Anna Feldmann

Ícone na luta pelos direitos civis, a professora e filósofa norte-americana Angela Davis alerta para o fato de que é impossível analisar a condição feminina na contemporaneidade sem levar em consideração o racismo e o sexismo como forças motrizes da exploração capitalista.

A própria trajetória de Davis é um exemplo do impacto causado pelo protagonismo das mulheres negras. Ela integrou o Partido Comunista dos Estados Unidos e os Panteras Negras. Sua militância passa pela luta pelos direitos das mulheres e contra a discriminação social e racial.

Envolvida na luta contra a discriminação, Davis se tornou símbolo internacional de resistência quando, na década de 1970, o *Federal Bureau of Investigation* (FBI) divulgou seu nome na lista dos dez furtivos mais procurados. Ela foi presa pouco tempo depois, tornando-se alvo de um dos mais emblemáticos julgamentos criminais da história dos EUA. O viés político e persecutório de sua prisão deu origem a uma campanha mundialmente conhecida, intitulada *Free Angela Davis* (Libertem Angela Davis).

Finalmente inocentada, Davis chegou a se candidatar à vice-presidência dos Estados Unidos, em 1980 e 1984, sendo até hoje uma das mais conhecidas feministas negras, com atuação contínua ecoando no pensamento contemporâneo. Exemplo disso foi sua presença e discurso na Marcha das Mulheres, em janeiro de 2017, em Washington D.C., no dia seguinte à posse de Donald Trump como presidente estadunidense, bem como sua participação nas manifestações de junho de 2020 organizadas pelo movimento *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam) contra a violência policial direcionada às pessoas negras.

No livro *Mulheres, raça e classe*, Davis aborda o papel da mulher negra no trabalho escravo e na campanha pelos direitos civis nos EUA. Devido às similaridades históricas e culturais, seu pensamento pode ser utilizado como parâmetro importante para compreender as mesmas questões no Brasil.

Na opinião da ativista, foi por conta da luta das mulheres negras contra a segregação racial americana que o feminismo encontrou força e oportunidade para florescer. O exemplo destas mulheres teria se tornado um legado para as mulheres brancas, igualmente presas, mas sob outras condições menos bárbaras de desigualdade e injustiça. Davis aponta que “foram essas mulheres que transmitiram para suas descendentes do sexo feminino, nominalmente livres, um legado de trabalho duro, perseverança e autossuficiência, um legado de tenacidade, resistência e insistência na igualdade sexual – em



resumo, um legado que explica os parâmetros para uma nova condição da mulher”.

Com base em Frederick Douglass, abolicionista e sufragista estadunidense do século XIX, Davis trabalha a questão do protagonismo feminino baseado na experiência de luta do movimento negro em busca de igualdade perante à lei. Em sua opinião, “quando a verdadeira história da causa antiescravagista for escrita, as mulheres ocuparão um vasto espaço em suas páginas; porque a causa das pessoas escravas tem sido particularmente uma causa das mulheres”.

Davis aprofunda seu argumento sobre o relacionamento familiar em uma comunidade negra, definindo sua estrutura biológica como “matrilocal”, dado que este era o único espaço social onde escravos e escravas podiam vivenciar verdadeiramente suas experiências como seres humanos. A autora afirma que “se as mulheres negras sustentavam o terrível fardo da igualdade em meio à opressão, se gozavam de igualdade perante seus companheiros no ambiente doméstico, por outro lado elas também afirmavam sua igualdade de modo combativo, desafiando a desumana instituição da escravidão”.

Atualmente, outra pesquisadora, filósofa e escritora contemporânea estadunidense que também vem ganhando destaque na teoria feminista com discussões sobre identidade é Judith Butler. Hoje, ela é uma das principais teóricas sobre a teoria *queer*.

Pós-estruturalista, Butler é professora da Universidade da Califórnia, em Berkeley, nos EUA. Sua pesquisa

decompõe a estabilidade da categoria “mulher” e insere gradativamente um ponto de interrogação na constituição do sujeito, rejeitando uma identificação normativa e binária do sexo ao propor uma alteração no que reflete a categoria de gênero de modo binário, masculino/feminino.

Em uma de suas obras mais provocativas, *Problemas de gênero*, Butler explica sua análise: “como estratégia para descaracterizar e dar novo significado às categorias corporais, descrevo e proponho uma série de práticas parodísticas baseadas numa teoria performativa de atos de gênero que rompem as categorias de corpo, sexo, gênero e sexualidade, ocasionando sua re-significação subversiva e sua proliferação além da estrutura binária”.

Para ela, “a crítica feminista tem de explorar as afirmações totalizantes da economia significativa masculinista, mas também deve permanecer autocrítica em relação aos gestos totalizantes do feminismo”. É por isso que, em sua opinião, “a tarefa dessa investigação é centrar-se – e descentrar-se – nessas instituições definidoras: o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória”.

Teoria *queer*, termo famoso de Butler e empregado por diversos pesquisadores e ativistas, fala do não comum, do que foge às formulações habituais. Países de língua inglesa empregaram a palavra *queer* para classificar aqueles a quem a sociedade renunciava, enxergando-os como pervertidos, perdidos, devassos e desmoralizados.

Ao longo do tempo, o termo passou a ser apropriado pela comunidade LGBTQIA+, principalmente pelas pessoas trans, que resignificaram a palavra, passando a demarcar o empoderamento político na construção de uma nova concepção pós-identitária.

*Problemas de gênero* é um dos grandes marcos teóricos da terceira onda feminista<sup>1</sup>, assim como o *Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, foi extremamente influenciador para a segunda onda.

A escritora existencialista francesa entendia a liberdade como uma escolha incondicional que o indivíduo faz do seu ser e do seu mundo. Em sua análise, quando a mulher julga estar subordinada a forças externas mais poderosas do que a sua vontade, esse julgamento é uma decisão aberta. Em outras palavras, o conformismo ou a resignação são decisões livres. Segundo Beauvoir, “o que define de maneira singular a situação da mulher é que, sendo, como todo ser humano, uma liberdade autônoma, descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição do Outro”.



© Miquel Tàrrades/CCCB

É justamente neste sentido que a crítica de Butler é inovadora e provocativa ao apresentar ao mundo sua noção de identidade generificada. Com isso, além de colaborar com as inovações no debate feminista contemporâneo, a filósofa amplia o famoso *insight* de Beauvoir de que “ninguém nasce mulher: tornar-se uma mulher” para sugerir que mulher é algo que “fazemos” mais do algo que “somos”.

Davis e Butler são expoentes da atual terceira onda feminista<sup>2</sup>, que é pautada em corrigir falhas e lacunas da segunda onda, contestando as definições essencialistas<sup>3</sup> sobre feminilidade, formatadas principalmente na experiência vivida por mulheres brancas, de origem europeia ou americana, pertencentes à classe média-alta.

Apesar de estarem sempre presentes no feminismo, algumas mulheres não se sentiam (e ainda não se sentem) representadas pelo movimento. Assim, vem à tona a necessidade de englobar, nos estudos feministas, a multiplicidade e as diferenças vividas por mulheres com díspares condições sociais, com o foco nas etnias, nas religiões, nas nacionalidades, entre outros marcadores sociais.

Hoje, acredita-se que o movimento feminista necessita ser interseccional, representando todas as especificidades existentes do ser mulher – com avanços em relação à inclusão de mulheres que, para além da opressão de gênero, sofrem também com outras formas de exploração e preconceito, presentes em casos de racismo, lesbofobia e transmisoginia. Butler e Davis são grandes exemplos desta renovação.

<sup>1</sup> O contexto histórico do feminismo é composto por três grandes ondas de impacto na sociedade, com pautas e reivindicações relacionadas a fatos político-sociais definidos e a influência do pensamento de feministas das gerações vigentes.

<sup>2</sup> Apesar de não haver consenso teórico, uma parte da academia afirma já existir, nos dias de hoje, uma quarta onda, caracterizada, justamente, pela utilização primordial das redes sociais para a organização, a conscientização e a renovação dos ideais feministas.

<sup>3</sup> O essencialismo é uma doutrina filosófica que sustenta a categorização da essência sobre a existência. É também a corrente utilizada pela feminista clássica Simone de Beauvoir.

## Sem título, sem amarras A ficção científica dos acoplamentos

Por Marlyvan Moraes de Alencar

Fui roubada: passeando com Tião, meu cachorro, um homem numa bicicleta levou meu celular. Ele primeiro passou por mim, me viu tranquila, feliz, num domingo de pouco frio, distraída, escolhendo o que poderia ouvir numa caminhada prestes a acabar. Mas ele voltou. Nesse momento pegou levemente o que eu tinha na mão. Sem ruídos, sem violência física. Simplesmente levou. Me dei conta segundos depois. Olhei rapidamente para Tião, como se ele pudesse me dizer algo sobre o que acabara de acontecer, e falei, acho que nem mesmo gritei, “moço, volta aqui!” Ele, óbvio, não ouviu e se tivesse ouvido não teria voltado. Com o ciclista, foi uma parte de mim: minha porção máquina. Como uma ciborgue me restou o orgânico, o meu corpo de veias, órgãos, nervos, ossos, fluidos, com sinapses que a cada dia se perdem ou são delegadas à minha parte máquina.

Sem o celular – dispositivo, dígito, conexão – me senti excluída do mundo. Sem amigos, sem notícias, sem música, sem banco, sem a carteirinha do plano de saúde, sem agenda de telefones, sem calendário, sem dinheiro,

sem fotografias, sem mensagens. Despida de minha parte máquina, corri imediatamente, em busca de resgatar o que me foi tirado. Não fui atrás da máquina, fui atrás da humanidade que essa máquina carrega. Sim: sou uma mulher ciborgue. Fronteiriça, entre organismo e tecnologia. Atenção para a conjunção e: ela liga, junta, estabelece uma relação de adição, de multiplicação, poderia dizer. Isto e aquilo, não mais isto ou aquilo. Isto e aquilo gerando um outro inusitado, um ser híbrido, constituído a partir dessa relação. Inseparáveis.

A bióloga e feminista estadunidense Donna Haraway em seu “Manifesto ciborgue – ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”, publicado em 1985, traz essa figura para a realidade da produção simbólica e material da vida. Ciborgue, para Haraway, é “um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção.”<sup>1</sup> Aqui é necessário um voltar-se para pelo menos três palavras-conceito: híbrido; realidade social e ficção, especificamente a ficção científica.

Não é de hoje que narrativas com o mote científico apontam para outras possibilidades de vida, como o que poderia ter sido ou o que poderia vir a ser. À ficção, é dado o direito de extrapolar um realismo troncho estruturado a partir de uma arquitetura de produção do mundo tecida (ou seria perfurada?) como um fazer masculino, dominante e violento. Ao híbrido se atribui a característica do que não é puro, do que se produz ou é produzido como um entre. Uma espécie de encontro com o que “naturalmente” não poderia estar associado.

Ficção, híbrido e realidade social. Esta última é o lugar do vivido e da política, significando “uma ficção capaz de mudar o mundo” afirma Haraway<sup>2</sup>. A ficção significando um ato criativo, modo de agir, portanto, e livre em relação a uma história entendida como um fazer construído como uma unidade teleológica. Essa unidade da história, ao tentar esconder a potência do que não consegue abarcar, acaba por revelar-se um esforço de estabelecer e legitimar uma única forma de construir, narrar e, pior, de imaginar a vida.



© Reprodução

<sup>1</sup> HARAWAY, Donna. Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. 35.

<sup>2</sup> HARAWAY, Donna. Antropologia do ciborgue. p. 35.

A se tomar a experiência das mulheres (e de outras minorias políticas) emerge uma realidade social vivida a contrapelo do que é posto como algo genuíno e esperado, como se a elas coubesse um roteiro fixo e imutável. A perspectiva aqui é outra e se mostra através do exercício diário de entendimento do lugar político ocupado por essas mulheres dentro de uma lógica de poder excludente e, de algum modo totalizante, quando atribui ao feminino um papel subalterno e de pouca importância, voltado para a manutenção do protagonismo masculino. Saber que esse mecanismo se estrutura como uma realidade social construída, portanto, artificial, abre a porta para uma imaginação que rompe com o processo de aceitação do que parece ser uma espécie de a priori em relação ao qual nada pode ser feito.

Na ficção, particularmente na ficção científica o ciborgue aparece, de acordo com Haraway, como uma metáfora para a compreensão da tecnologia dentro de uma lógica feminista a romper dicotomias e fronteiras entre o humano e o animal, o humano e a máquina e entre o físico e o não físico. “O ciborgue aparece como mito precisamente onde a fronteira entre o humano e o animal é transgredida. Longe de assinalar uma barreira entre as pessoas e os outros seres vivos, os ciborgues assinalam um perturbador e prazerosamente estreito acoplamento entre eles.”<sup>3</sup>

A ideia de acoplamento atravessa a arrogância do homem de se manter como centro do mundo, autor de si próprio, para quem as máquinas eram apenas um arremedo postas a seu serviço. Não à toa, Haraway, põe em questão a ideia do Antropoceno como uma nova era geológica resultado do efeito da ação humana sobre a terra. “Talvez ao invés de florestas de fogo, o ícone do Antropoceno deveria ser o Homem em Chamas.”<sup>4</sup> A argumentação contra o Antropoceno se amplia para o Capitaloceno assentado sobre a ideia de crescimento e progresso econômico. Ela propõe que se pense num processo mais complexo e amplo, onde se inclui multiespécies, como

uma “miríade de tentáculos”<sup>5</sup> constituída por todos os habitantes da terra. Somente o desejo de poder consegue mobilizar um tipo de explicação tão centrada em si mesmo e atribuir exclusivamente à ação humana uma mudança geológica desse porte.

O ciborgue é transgressor na medida em que se estrutura como conexão capaz não só de grudar orgânico e artifício, mas também de reestabelecer uma rede de conexão entre espécies de diversos tipos. Ao se constituir como fronteira, esse novo arranjo pode ser encarado como uma possibilidade de restituir os elos separados por essa situação homem. Apesar do risco de uma dominação ciborgue sobre o mundo e, assim sobre o corpo da mulher como uma “orgia guerreira masculina”<sup>6</sup>, o pensamento de Haraway aponta para o fato de que em uma “outra perspectiva, um mundo de ciborgues pode significar realidades sociais e corporais vividas, nas quais as pessoas não temam sua estreita afinidade com animais e máquinas, que não temam identidades permanentemente parciais e posições contraditórias.”<sup>7</sup>

As conexões expandidas para além das relações de poder, domínio, submissão ou resistência, passam a ser mediadas por afinidades e não mais por identidades. O que muda aí é que os encontros se estendem a partir de processos inacabados e em constante movimento. As associações não buscam estabilidade e compromisso eterno. “Não existe nada no fato de ser “mulher” que naturalmente una as mulheres. Não existe nem mesmo uma tal situação – “ser” mulher.”<sup>8</sup>

O intrincado da história na terra como exclusivamente humana exclui dessa feitura outros

<sup>3</sup> HARAWAY, Donna. Antropologia do ciborgue, p. 41.

<sup>4</sup> Pensamento Tentacular – antropoceno, capitaloceno e Chthuluceno. Disponível em <[https://www.academia.edu/36152548/PENSAMENTO\\_TENTACULAR\\_ANTROPOCENO\\_CAPITALOCENO\\_E\\_CHTHULUCENO\\_DONNA\\_HARAWAY](https://www.academia.edu/36152548/PENSAMENTO_TENTACULAR_ANTROPOCENO_CAPITALOCENO_E_CHTHULUCENO_DONNA_HARAWAY)>, p. 5.

<sup>5</sup> Pensamento Tentacular – antropoceno, capitaloceno e Chthuluceno, p. 2.

<sup>6</sup> HARAWAY, Donna. Antropologia do ciborgue, p.

<sup>7</sup> HARAWAY, Donna. Antropologia do ciborgue, p. 46.

<sup>8</sup> HARAWAY, Donna. Antropologia do ciborgue, p. 47.



seres vivos e põe a mulher num lugar onde a imaginação se torna presa fácil de modelos masculinos de produção da vida. A possibilidade de ficcionalizar de um modo radicalmente diferente, torna-se um instrumento de potência ao superar o herói como modelo. Aqui, o encontro ocorre de forma bastante clara com outra mulher, autora de ficção científica, construtora de um pensamento feminista que põe em xeque as certezas masculinas ao trazer a dimensão das possibilidades de construção de outros lugares,

entretocado por uma mulher que tem a própria vida sob a lupa do que lhe interessa. O que lhe instiga a não só narrar, mas também urdir outros lugares e outras narrativas.

Ursula K. Le Guin, estadunidense como Haraway, entende a ficção como um ato de desobediência ao universo masculino, fundado pela força física e por instrumentos cortantes capazes de penetrar corpos e matar, sem justificativa maior do que contar uma história. “Os habilidosos caçadores voltariam então cambaleantes com um monte de carne, um monte de marfim e uma estória. Não foi a carne que fez a diferença. Foi a estória.”<sup>9</sup> Sobreviver ao confronto era a prova de quanto eles eram fortes, corajosos, aventureiros e potentes. Retornado ao seu lugar, o espalhamento do acontecido cuidava do resto. O sobrevivente se tornava herói, a narrativa sobre o conflito e enfrentamento a uma fera ameaçadora se estabelecia como regra necessária para a história ser considerada interessante e capaz de prender uma plateia fascinada e, desse modo, impossibilitada de imaginar outros modos de narrar, de ser e de viver.



Ursula K. Le Guin, em 2014

A ficção foi enredada por uma fórmula na qual deveria haver, obrigatoriamente, uma arma, um conflito e, obviamente, um herói, aponta Le Guin, afirmando sua discordância em relação a necessidade de pôr-se em risco como a única forma de tornar uma história interessante, recusando a ficção como um projeto heroico onde o que está posto é quem deve viver ou morrer.

A ficção científica, como um desdobrar-se radicalmente imaginativo, se desprende dessa fórmula destrutiva,

propondo um olhar que se renova a cada encontro com o outro, seja esse outro uma formiga, um grão de areia, um bebê que cresce, ou o que todos os dias se mostra ou é visto de modo distinto e misterioso. O exercício criativo não estaria em superar o tédio pon-do-se em risco ou construindo inimigos, mas no fazer diário de processos de acoplamentos entre o que está no mundo mesmo que esses elos não estejam claros e nem sejam perigosos e excitantes.

A falta do meu celular não me levou ao desespero em relação ao enfrentamento da ameaça externa, mas ao entendimento de que aquela experiência, nem um pouco agradável, me colocou mais próxima do meu cachorro velho para quem me voltei, admirada diante do acontecido, a lhe perguntar: “e aí Tião, vamos continuar o passeio?” Le Guin trata a ficção como um processo de coleta, onde o que é recolhido enche uma bolsa de coisas menores, relíquias sem valor, restos, rastros, pedaços de coisas a serem ativadas por uma imaginação que escapa do heroico. Os acoplamentos são o que interessa para continuar “coletando aveia selvagem e contando estórias.”<sup>10</sup>

<sup>9</sup> LE GUIN, Ursula K. A teoria da bolsa da ficção. São Paulo: n-1 edições, 2021., p. 1.

<sup>10</sup> LE GUIN, Ursula K. A teoria da bolsa da ficção. São Paulo: n-1 edições, 2021, p. 21.



# Imprensa e discriminação contra mulher

## Quando as jornalistas são o alvo

Por Simone Nascimento

**“ Em razão disto é ir à luta e garantir os nossos espaços que, evidentemente, nunca nos foram concedidos.**

Lélia Gonzalez

Definida pela Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, a expressão “discriminação contra a mulher” significa toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo. A Convenção é um tratado internacional aprovado em 1979 pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Descrita como uma declaração internacional de direitos das mulheres, entrou em vigor em 3 de setembro de 1981 e foi ratificada por 188 Estados, entre eles o Brasil. A partir dela, a Constituição de 1988 no país garante a igualdade entre mulheres e homens.

Na literatura internacional, tal discriminação baseada nas desigualdades históricas entre os homens e mulheres está presente na célebre análise de Simone de Beauvoir (1949) que afirma que as características do ser mulher são adquiridos mediante um processo social em que não são consideradas seres autônomos perante os homens e a sociedade patriarcal.

A busca por autonomia para trabalhar, estudar, circular livremente em espaços públicos, ter planejamento familiar, direito ao divórcio, ao voto e liberdade sexual foram e são as principais reivindicações contra todas as formas de discriminação contra as mulheres.

No Brasil, a população feminina é de 51,1% (PNAD, 2022) e, dentro desse número, 27,8% são negras (IPEA, 2020). Para Lélia Gonzalez (1979), a exploração da mulher brasileira é marcada por papéis sociais atribuídos às mulheres negras, como por exemplo, o lugar “natural” como “empregada doméstica” e da mulher como “mulata”, um objeto sem autonomia de seu corpo, com objetivo exclusivo de servir ao prazer carnal e necessidades

dos homens. Sair do lugar “natural” da mulher, torna-se um desafio histórico.

A igualdade de direitos entre homens e mulheres no mundo do trabalho são ideais da Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (1979), Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (1994) como a superação da desigualdade de remuneração para função semelhante à desempenhada por homens; da desigualdade no acesso e permanência no emprego; da desigualdade nas oportunidades de ascensão e da formação profissional.

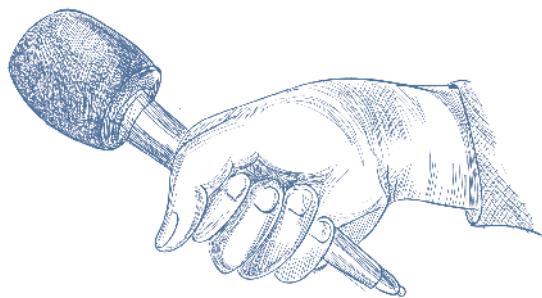
Assim, a participação da mulher na imprensa – enquanto profissional da comunicação, por meio de sua imagem e direitos trabalhistas – é parte dessa discussão e reivindicações cidadãs.

Através de registros na imprensa nacional, foram encontradas 9 agressões contra mulheres jornalistas durante a gestão como presidente da república de Jair Messias Bolsonaro, entre os anos de 2019 e 2022. As trabalhadoras da imprensa sofreram abuso de poder ou autoridade ao entrevistar ou usar como fonte o presidente, como podemos ver na tabela apresentada ao final do texto.

Em junho de 2022, último ano do mandato presidencial, o Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu condenar o presidente Jair Bolsonaro (PL) a pagar indenização por danos morais à jornalista Patrícia Campos Mello, do jornal Folha de S. Paulo, no valor de R\$ 35 mil. Essa foi a única condenação na justiça entre os 9 casos listados.

A pesquisa “Gênero no Jornalismo Brasileiro” (2018), da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e da organização Gênero e Número, entrevistou 42 jornalistas e 73% afirmam já ter escutado comentários ou piadas de natureza sexual sobre mulheres no seu ambiente de trabalho. Na época, o documento recomendou que “os veículos devem produzir cartilhas para funcionários e colaboradores definindo o assédio cometido por uma fonte e indicando os procedimentos a serem adotados pelas repórteres quando forem vítimas desses atos”.

Em 1986, as mulheres ocupavam 36% dos quadros de jornalistas do país e, em 2006, segundo dados do Ministério do Trabalho, passaram a ocupar 52% das vagas (CASA-DEI, 2011), ou seja, se tornaram maioria na profissão, mas ainda seguem vivendo discriminação enquanto mulheres.



A coleta de dados da tabela aponta para uma naturalização de uma série de discriminações de gênero praticadas por Jair Messias Bolsonaro. Dentre as tipificações das violências, estão o assédio e a discriminação contra trabalhadoras da imprensa, tendo sido condenado em

apenas um dos casos e, na posição de presidente da república, desrespeitado os tratados convencionais internacionais e a própria Constituição de 1988.

Em 2022, Jair Messias Bolsonaro concorre à reeleição ao cargo de presidente da república no Brasil.

### Respostas ou comentários de Jair Messias Bolsonaro para jornalistas

Tema da pergunta ou ocasião*	Ano	Fonte	Jornalista citada	Resposta ou comentário
Corrupção	2022	Jovem Pan	Amanda Klein	“Amanda, você é casada com uma pessoa que vota em mim. Não sei como é que é seu convívio na sua casa com ele”
Saúde	2022	TV Band	Vera Magalhães	“Vera, eu não podia esperar outra coisa de você. Você dorme pensando em mim. Você tem alguma paixão contida por mim. Você não pode tomar partido em um debate como esse. Fazer acusações mentirosas. Você é uma vergonha para o jornalismo brasileiro”
Saúde	2021	CNN	Daniela Lima	“Infelizmente, somos obrigados a dar uma boa notícia, mas não é tão boa assim não’. É uma quadrúpede. Afinal de contas, acho que não preciso dizer de quem ela foi eleitora no passado, né? De outra do mesmo gênero.”
Saúde	2021	TV Vanguarda	Laurene Santos	“Olha, eu chego como eu quiser, onde eu quiser, eu cuido da minha vida. Se você não quiser usar máscara, não use. Agora, tudo o que eu falei sobre Covid, infelizmente, para vocês, deu certo”
Reação à Livro “Tormenta”	2020	Jovem Pan	Thais Oyama	“aquela japonesa”, “não sabe o que ela faz aqui no Brasil”
Corrupção	2020	Folha de S. Paulo	Patrícia Campos Mello	“Ela queria um furo. Ela queria dar o furo”
Democracia	2019	Ao vivo no Facebook	Miriam Leitão	“Ela tem que aprender que no regime democrático isso acontece. Ela tentou impor a Ditadura no Brasil com a luta armada. Ela estava indo para a guerrilha do Araguaia e foi presa em Vitória. Depois, conta um drama mentiroso de que teria sido torturada, que sofreu abusos e etc. Mentira!”
Corrupção	2019	Estado de S. Paulo	Constança Rezende	“Constança Rezende, do ‘O Estado de SP’ diz querer arruinar a vida de Flávio Bolsonaro e buscar o Impeachment do Presidente Jair Bolsonaro. Ela é filha de Chico Otavio, profissional do ‘O Globo’. Querem derrubar o Governo, com chantagens, desinformações e vazamentos”
Relações Internacionais	2019	Folha de S Paulo	Sylvia Colombo	“Estou apaixonado por você”

\* O “Tema da pergunta ou ocasião” refere-se ao assunto norteador da pergunta, na ocasião. As falas de Bolsonaro revelam insinuações sexuais, tom pejorativo, constrangimento, questionamento do comportamento profissional e até discriminação étnica.

# A participação da mulher no mercado da música, com ênfase nos principais festivais brasileiros de 2022

Por Catharina Gaidzinski

## As mulheres nos bastidores da indústria fonográfica

A disparidade de gênero na indústria da música não é novidade. Nem para quem participa dela, nem para quem a estuda, nem para quem simplesmente a escuta. O número de mulheres responsáveis pela produção, composição ou qualquer outro trabalho de bastidores ainda é esmagadoramente menor do que o número de homens.

Além disso, grande parte desta pequena parcela de mulheres diz ainda sofrer com discriminação de gênero no meio, segundo um estudo de 2019 realizado pela Universidade do Sul da Califórnia (USC), “Inclusion in the Recording Studio”. Das 75 produtoras e compositoras entrevistadas, 45% sentiram que suas habilidades foram menosprezadas, 39% sofreram com estereótipos e sexualização, e 16% disseram que os estereótipos de gênero foram usados para repudiar seu trabalho ou habilidades.

A mesma pesquisa também estudou o ranking das músicas mais tocadas nos EUA [a ‘Billboard Hot 100’] entre 2013 e 2018, e revelou que apenas 17% das músicas ranqueadas haviam sido feitas por mulheres. Seguindo a problemática, entre 2013 e 2019, apenas 10,4% das pessoas indicadas às categorias de destaque do Grammy eram do gênero feminino. E, embora o problema da discriminação de gênero seja inerente neste meio, dados mostram que até os algoritmos de recomendação de músicas nas plataformas podem estar comprometidos.



© Reprodução

## A inclinação machista dos algoritmos

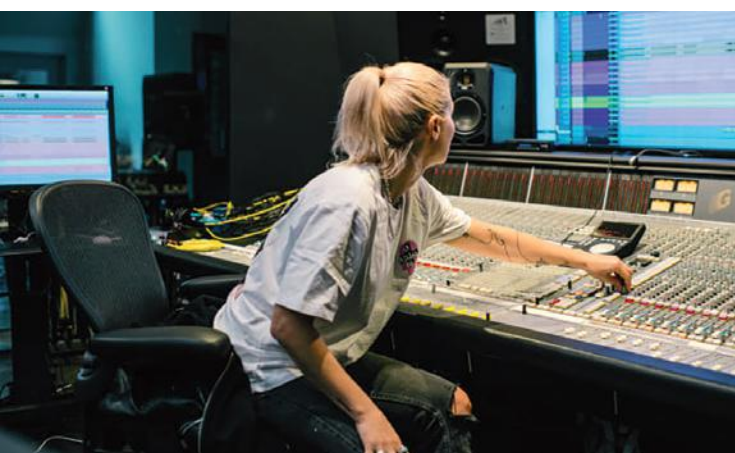
Andrés Ferraro e Xavier Serra, do grupo de pesquisa Music Technology (MTG) da Universidade Pompeu Fabra, junto com Christine Bauer (da Universidade de Utreque), publicaram, em 2021, um artigo sobre igualdade de gênero em sugestões de músicas. Eles testaram um algoritmo de recomendação e descobriram que ele reproduz, em formato de *feedback*, o viés já existente no conjunto de dados de artistas, dos quais apenas 25% são mulheres.

Além disso, o algoritmo gera um ranking com artistas para recomendar ao usuário, mas o primeiro nome de uma artista mulher vem somente na 6ª ou 7ª posição, o que implica uma desvantagem de exposição. O cenário se agrava quando, à medida em que os usuários escutam as sugestões, o sistema entende que fez um bom trabalho e continua a propor o mesmo tipo de conteúdo.

Assim, cria-se um ciclo inacabável de recomendações majoritariamente masculinas. Se a maior parte dos artistas mundiais ouvidos pelo público são homens, as sugestões similares também serão.

## A porcentagem de mulheres na arrecadação de direitos autorais

Além de já lidarem com desvantagens nesses aplicativos, nos grandes festivais as mulheres também ficam atrás em número e em porcentagem de arrecadação de direitos autorais. Segundo a Agência Brasil, em 2021, o banco de dados da gestão coletiva contabilizou cerca de 4 milhões de titulares filiados ativos, destes, somente 11% do gênero feminino.



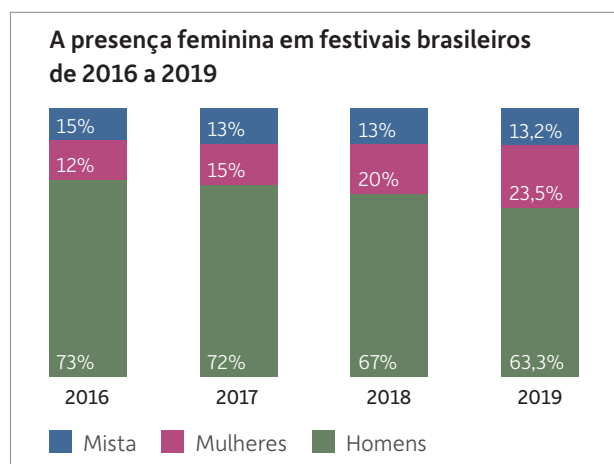
© Reprodução

Já o relatório “O que o Brasil Ouve – Edição Mulheres na Música”, divulgado pelo Ecad, revelou que, até o fim de 2021, a participação feminina no país havia aumentado em tímidos 5%: dos R\$ 901 milhões distribuídos aos 267 mil participantes da cadeia musical, cerca de 7% foi destinado às mulheres. A superintendente executiva do Ecad, Isabel Amorim, revelou em entrevista à Agência Brasil: “Os dados indicam longo caminho a ser percorrido em favor de total igualdade de gênero nesse mercado, mas é fundamental ter um estudo que apresente a relevância e a participação da mulher”.

Por mais que ocorra uma discreta evolução na distribuição monetária, a edição de 2022 do estudo anual “Por Elas Que Fazem a Música”, da União Brasileira de Compositores (UBC), mostrou que, em 2021, o valor destinado às mulheres do total distribuído por direitos autorais continuou estagnado em 9%. Por outro lado, o número de novas associadas cresceu significativamente: “Em 2021, dos quase 8 mil novos associados, 18% foram mulheres. Neste mesmo ano, elas representaram 16% do quadro total de associados, o que corresponde a um aumento de um ponto percentual em relação aos 15% de mulheres de 2020”, expõe o relatório. E, apesar de o percentual feminino de mulheres nos bastidores da indústria musical mostrar crescimento, estes números ainda não chegam perto da equidade de gênero.

### A participação feminina nos principais festivais brasileiros

A pandemia da Covid-19 foi responsável por pausar as atividades culturais no mundo todo por cerca de dois anos. Só em 2022 os festivais de música voltam a todo vapor, contabilizando mais de 20 grandes eventos marcados no Brasil, como Lollapalooza, Rock In Rio, Coala, Planeta e Popload. Até antes da pandemia, a presença feminina nos festivais brasileiros era tímida, chegando a uma alta 23,5% no ano de 2019, segundo um estudo da Revista Zumbido publicado em 2020.



Fonte: ARRUDA, Thabata/Revista Zumbido (Selo Sesc, 2020)

A equidade na indústria musical tem sido muito discutida e defendida por grandes instituições ao redor do mundo. De acordo com a Rolling Stone UK, em 2017, alguns dos principais festivais da Europa e dos Estados Unidos se comprometeram a adotar lineups mais balanceados e com 50% de artistas mulheres - iniciativa chamada *Keychange*. Mas, cinco anos depois, vemos que esta promessa não foi realmente cumprida.

Segundo um estudo realizado pela BBC News em 2022, nos 50 principais festivais do Reino Unido, apenas 13% dos artistas que iriam se apresentar eram bandas formadas por mulheres ou artistas solo femininas, enquanto 74,5% eram homens.

Infelizmente, no Brasil, o cenário ainda segue o mesmo dos festivais internacionais, mesmo após a pandemia. No Lollapalooza deste ano, apenas duas headliners eram mulheres (Miley Cyrus e Doja Cat) entre as sete atrações. Já no Rock in Rio (RiR), houve apenas uma mulher entre os sete headliners do Palco Mundo: Dua Lipa.

Maxie Gedge, gerente de projetos da iniciativa *Keychange*, em entrevista ao *The Guardian*, em 2019, mencionou que a falta de presença feminina nos festivais musicais “não é mais um acidente, é uma declaração de exclusão”.

Mas ainda há esperanças: o mais novo festival que chega em São Paulo este ano, Primavera Sound [inspirado no homônimo de Barcelona], se destaca pela sua maior equidade de gênero, com pelo menos 50% de mulheres no lineup.

Além disso, apesar do RiR não ter promovido um lineup misto no palco principal em 2022, ele trouxe duas novas iniciativas de visibilidade. A primeira, um dia inteiro do festival focado nas mulheres, intitulado de o “Dia Delas”; a segunda, o podcast “She Rocks”, que promete trazer mais artistas femininas da indústria da música. Esse movimento é importante porque o Rock in Rio é o maior festival de música do mundo e possui influência no comportamento de outros eventos desse porte.

### Iniciativas de equidade de gênero no meio musical

O lineup do Dia Delas teve seus quatro principais *stages* da Cidade do Rock [Palco Mundo, Sunset, New Dance Order e Favela] ocupados somente por artistas femininas nacionais e internacionais para encerrar o último dia do festival com chave de ouro. Dentre os nomes, destacam-se Liniker, Macy Gray, Ivete Sangalo, Ludmilla, Rita Ora, Megan Thee Stallion e Dua Lipa. A VP do evento, Roberta Medina, explica que essa iniciativa não foi posta em prática por razões comerciais, mas sim para amplificar a ética e missão de igualdade de gênero do festival, que já possui 67,5% de mulheres na liderança.

“[O Dia Delas] é um dia muito especial para todo mundo que está na Cidade do Rock. A questão da causalidade de gênero é um tema que tem sido muito discutido.



Banner de divulgação do Dia Delas



Banner de divulgação do podcast She Rocks

E quando um festival como o Rock In Rio levanta uma bandeira como essa, ele bota uma luz muito interessante num assunto que precisa ser atacado. [...] Eu pessoalmente fico muito inspirada sabendo o quanto esse dia, dentro de uma indústria que é tão masculina, pode representar a todas as mulheres, que vão se inspirar e saber que a música tem lugar para elas também”, observa Roberta no episódio de abertura do podcast “She Rocks”.

Em parceria com a TIM, o programa promove a visão feminina no mercado da música a partir de bate-papos com cantoras, compositoras, produtoras e outras profissionais inspiradoras do ramo. As convidadas de estréia foram Roberta e a artista Luisa Sonza, que debateram sobre o machismo velado na indústria e a potência do festival em alavancar a carreira de um músico em ascensão.

“Eu aprendi o que é o feminismo quando eu passei a ser uma pessoa pública e receber em grande escala e descaradamente tudo, como se eu não fosse uma pessoa. As três palavras que eu mais escutei por anos foram ‘puta’, ‘vagabunda’ e ‘interesseira’. Eu tinha 17 anos e não sabia direito o significado das coisas. Eu era atacada na rua, chamada de puta. Já fui ameaçada de morte”, expôs Luísa no podcast.

Além do tratamento machista, também é importante olhar para o retorno financeiro. Segundo o relatório anual da UBC, 95% das arrecadações de direitos autorais ainda são destinadas aos homens. Roberta explica: “Quando a gente olha para a cadeia produtiva, a gente percebe pelos dados que ainda se tem poucas mulheres na produção musical, poucas mulheres no ambiente técnico.”

“Se só 2,6% da produção é assinada por mulheres, e se entre homem e mulher não tem melhor nem pior, tem alguma coisa errada aí. Talvez seja realmente a falta de modelos, de exemplos e de visibilidade. As crianças, quando olham para a produção musical, vêem que todos os produtores musicais que conhecem são homens. Naturalmente, elas pensam ‘Opa, produção musical não é

pra mim’. E o que a gente faz nesse projeto é exatamente o contrário, é falar ‘É para todo mundo’. Tem produtoras musicais e compositoras incríveis, então quando a gente olha para os dados do mercado, entendendo que homens e mulheres são absolutamente iguais, a gente entra naquela outra conversa que não é sobre igualdade, é sobre equidade, sobre proporcionar os mesmos direitos. E é isso que esse projeto busca” acrescenta Ana Deccache, diretora de comunicação do RiR, no 11º episódio do podcast.

Mila Ventura, gerente de Comunicação da UBC e coordenadora do relatório “Por Que Elas Fazem Música”, debate que a importância de gerar dados, pesquisas e estudos para o mercado funciona como ferramenta de inteligência para a discussão de um futuro mais igualitário. Ela diz que, apesar de todos os desafios que enfrentam diariamente, como a discriminação de gênero e a sexualização importuna, as mulheres do ramo fonográfico persistem. “Além de fomentarmos o debate sobre os espaços ocupados pela mulher no cenário musical, este ano apresentamos também dados internos, provando que nosso compromisso com a mudança começa de dentro para fora. O quadro de funcionários da UBC é composto 58% por mulheres, e, dessas, 12 ocupam cargos de liderança, incluindo a gerência de todas as nossas filiais”, explica Mila em reportagem da UBC em março de 2022.

Por mais que diversas instituições mundiais venham adotando iniciativas de equidade de gênero no meio musical e estejam pondo em pauta essa sede por mudança, ainda há muito espaço para melhorias. Quem sabe, daqui a mais cinco anos, os festivais ao redor do mundo realmente cumpram o acordo de assumir lineups mistos, com 50% de artistas femininas, como já faz o Primavera Sound São Paulo; assim como mais mulheres tenham a coragem e a resiliência de adentrarem ou persistirem como produtoras, compositoras e artistas nesse meio ainda tão machista.

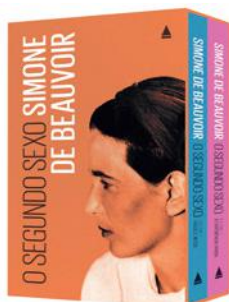
## As mulheres, “o outro”? As inúmeras contradições acerca da feminilidade

Por Virginia Mencarini

Existem alguns temas que trazem a sensação de que estão sendo discutidos além da conta, e o debate sobre gênero e as inúmeras violências contra a mulher podem, eventualmente, transparecer isso. Este texto é recheado de contradições acerca do assunto, o que torna interessante perceber a primeira delas: mesmo trazendo essa sensação de exaustão, suas terríveis consequências continuam persistindo na contemporaneidade.

É natural que se pare de questionar a fundo sobre como a mulher foi e ainda é tratada na sociedade dos dias de hoje. Após inúmeros testemunhos sobre como é sentir o machismo na pele praticamente todos os dias, sentimentos podem ser repreendidos simplesmente pelo instinto natural de sobrevivência do ser humano. É justamente o sentido contrário que deve ser seguido: o da liberdade.

“O Segundo Sexo”, livro publicado em 1949 pela escritora, ativista, professora e uma das teóricas do movimento feminista, Simone de Beauvoir, traz muitas reflexões tanto para mulheres que tiveram o privilégio do acesso aos estudos, como para mulheres que possam vir a ter o primeiro contato através dessa discussão.



A tão conhecida ‘Guerra dos Sexos’ nunca foi uma guerra. ‘Guerra’ é um conflito em que dois lados opostos se enfrentam. O que é visto durante todas essas décadas é puramente opressão, humilhação, assassinato e descaso. Nunca foi uma guerra “justa”, se é que esse termo pode ser utilizado; sempre foi desprezo por parte dos opressores: os homens.

E um ponto muito curioso é que, jamais houve um acontecimento específico para explicar a submissão da mulher. Segundo Beauvoir, a dependência da mulher não tem origem em um evento ou evolução, ela simplesmente não aconteceu, ou melhor, sempre existiu.

Durante a História, existiram vários episódios de conflitos em que uma maioria conseguiu se

impor à uma minoria, e Simone aponta que as mulheres não são como as pessoas negras nos Estados Unidos, ou como os judeus: não são minoria. Em verdade, por mais irônico que possa parecer, no Brasil elas compõem a maioria da população (51,8%), segundo dados de 2019 da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua).

Além disso, mesmo com toda a violência, elas ainda assim conseguem, de alguma forma, viver mais do que o outro gênero. No mundo, em 2016, a média da expectativa de vida das mulheres ao nascer era de 74 anos, enquanto para os homens era de apenas 69, de acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde). No Brasil, esse número aumenta: 80 anos para elas e 73 anos para os homens, segundo o IBGE em 2019. Mais uma contradição levantada.

Outro tópico importante para a discussão é a linha de pensamento que Simone de Beauvoir se baseia para construir sua obra, em que as próprias mulheres se referem a elas mesmas como “o outro”, inutilizando o “nós”, não se inserindo em um grupo que claramente fazem parte. E esta postura é um dos motivos que, inconscientemente, justifica sua submissão em relação aos homens.

As mulheres são ensinadas a serem “o outro”, a se portarem, se vestirem e a pensarem em serem felizes, além do que passam todos os dias por conta desses ensinamentos. Mas como ressalta Beauvoir, essas questões não serão definidas “em termos de felicidade, e sim em termos de liberdade”.

Pequenos grandes avanços devem ser considerados e elevados, mas não devem ser limitados ao que são. É mais que necessário que as meninas não se enquadrem apenas nos papéis de mártir e espera das princesas, mas que também possam se enxergar nos papéis de ação, como os que os heróis estão acostumados. Elas podem ser o que quiserem (trabalhadoras do lar ou CEO’s), desde que todos os caminhos possíveis sejam apresentados.

A mulher “moderna”, como nomeia a autora, aceita todos os valores ditos masculinos: possui a ambição de pensar, de discutir, de trabalhar, como os próprios homens os fazem. Elas não procuram diminuir os, mas afirmam que são iguais a eles. Se sabe muito bem o que é ser oprimida e diminuída. Não existe a pretensão de inverter esse sádico jogo. Não é mais o comportamento feminino





© Reprodução

sendo censurado, mas sim o atrevimento, a arrogância e inconveniência dos homens.

A mulher não é só “o outro”, mas ela não descarta totalmente essa possibilidade. Ela agora é tanto “o outro”, como “si”, contradição essa que traz consequências perturbadoras. Beauvoir é precisa quando destaca que acabamos procurando salvação no único caminho que nos foi imposto, o da passividade. A autora ressalta que esse processo talvez não seja um dos mais “leais”, mas não tinha como ser tão diferente, considerando “a situação ambígua” que lhe foi determinada.

Beauvoir acredita que essa ‘Guerra dos Sexos’ continuará existindo até que ambos se enxerguem como semelhantes, ou seja, enquanto a ideia de feminilidade for reproduzida.

O fato é que os homens são obcecados pelas mulheres. Quando não estão querendo casar-se com elas, estão as matando. Seria muito mais simples se percebessem que seriam libertados quando as libertarem. Porém, outro grande problema que facilita a relação tóxica entre os dois gêneros, é a ideia de que os homens encontram nas mulheres uma cumplicidade. É o laço subversivo entre o opressor e o oprimido que impede essa libertação de ambos. A partir dessa cumplicidade, é constantemente dito que elas escolheram esse destino, e que se quisessem, seria diferente. Mas como elas podem ter escolhido um destino que foi imposto desde cedo? É, no mínimo, mais uma vez contraditório, sem mencionar o sentimento constante de indignação e exaustão.

Pensando nisso, um comportamento que acabamos reproduzindo inconscientemente é a poda. A mulher se poda. Como uma planta, vai cortando suas extensões para que não ocupe tanto espaço. Mesmo que indiretamente, o homem possui essa capacidade de moderar suas reivindicações, o que é fascinante.

Mesmo sem consciência plena, eles são capazes de influenciar diretamente todas as ações, falas e escolhas, simplesmente pelo receio das consequências caso elas

façam o contrário. As mulheres são constantemente ensinadas a serem agradáveis, a reprimirem suas revoltas, mas o mesmo não acontece com os homens. A poda só acontece com o feminino. No masculino, as suas extensões são livres e exaltadas.

Trazendo essa ideia para um exemplo simples e prático que todas as mulheres que, se já não vivenciaram por ele (o que é um tanto difícil), irão vivenciar – a roupa. Impossível contar todas as vezes que fomos censuradas, escolhendo outra peça ou trocando uma saia por uma calça ao sair na rua, pelo medo do que poderia acontecer. Sem saber, e indiretamente, os homens continuam ditando as regras nos mais singelos exemplos, tanto que nem eles conseguiriam identificar.

A relação das mulheres com as vestimentas é algo digno de atenção, e que novamente, há uma contradição.

É fato que a Revolução Industrial foi um marco importantíssimo para a emancipação feminina e trouxe as primeiras conquistas em um mundo majoritariamente masculino. Nessa época, como trazido por Beauvoir, os homens já se sentiam ameaçados pelas mulheres e automaticamente as forçavam a sair das fábricas e retornar aos trabalhos do lar, com o argumento – ainda atual – de exercerem essa função enquanto eles trabalham fora.

Michelle Perrot, historiadora e professora parisiense, em “A Minha História das Mulheres” de 2007, relembra a declaração de um congressista em 1867 que traduz muito bem a relação limitada das mulheres com as fábricas: “Para o homem, a madeira e o metal. Para a mulher, a família e os tecidos” – declaração essa que representa a “grande divisão material e simbólica do mundo. O duro para os homens; o mole para as mulheres.”



© Reprodução



Na época o principal grande setor de emprego para as mulheres era o têxtil, nas fábricas e nos ateliês. Na Revolução Industrial “entraram em massa nas fiações e tecelagens [...] em Manchester, em Roubaix, em Mulhouse”. E é aqui que mora a outra contradição.

As mulheres, as principais produtoras de tecidos e fios, criadoras de roupas, reféns dessas peças? Seu principal “produto” se torna um dos seus maiores obstáculos. Mesmo sendo responsáveis pela maioria da composição da indústria têxtil, as mulheres acabam sendo ditadas e ensinadas a como se vestir para serem dignas de respeito, e a como não se vestir, para que não se tornem assim potenciais vítimas para assédios, estupros e assassinatos. Tudo por conta de suas roupas.

### **Sobre possíveis caminhos**

Simone de Beauvoir enfatiza muito a educação na primeira infância, e diz ser primordial para tudo o que vem a seguir na vida de uma mulher.

“Se desde a primeira infância a menina fosse educada com as mesmas exigências, as mesmas honras, as mesmas severidades e as mesmas licenças que seus irmãos, participando dos mesmos estudos, dos mesmos jogos, prometida a um mesmo futuro, cercada de mulheres e homens que se lhe afigurassem iguais sem equívoco, o sentido do “complexo de castração” e do “complexo de Édipo” seria profundamente modificado.” – Simone de Beauvoir em “O Segundo Sexo”, 1949.

Em cada uma dessas palavras está o que se deve acreditar com toda a força e coração. A educação é sim a saída. Com ela, além de todas as consequências que Simone brilhantemente destacou, a mulher mãe desfrutaria do mesmo firme prestígio masculino dentro de casa, não seria orientada para a passividade como destino, e a menstruação, por exemplo, não seria tratada com tamanho horror, como uma “queda brutal na feminilidade”.

Outra saída é não “endeusar” o homem, e buscar “apenas um colega, um amigo, um parceiro”, não deixando a ele o poder total de justificar a existência feminina.

O que Simone acreditava e pregava, e que também compactuo, não era em uma educação sem desafios e apenas um mar de rosas para as mulheres, mas sim uma que fosse livre de obstáculos gratuitos que vão se acumulando naturalmente cada vez mais. Não se trata de cegar o gênero feminino sobre a miséria e as falácias da humanidade, e sim de prover os meios necessários para superá-las. A partir do momento em que todos possuem os mesmos recursos de forma plena, os planos começam a se encaminhar de maneira mais assertiva.

Uma das grandes chaves para toda essa discussão, além da inegável importância da educação, é apreciar a liberdade. Se todos soubessem apreciá-la, os homens não controlariam mais as mulheres, pois perceberiam que sozinhos são autossuficientes, dando espaço para que elas também possam se perceber como sujeito, e não mais como “o outro”. A liberdade tem o poder de quebrar esse ciclo.

Os homens foram forçados a emancipar parcialmente as mulheres pelo seu próprio interesse e por conta da revolução feminina, até porque não é de se esperar uma vontade genuína e gratuita dos opressores para isso. Então, resta prosseguirem com a sua ascensão e realizarem o que Simone chama de “metamorfose interior”, a mudança de olhar interna que têm em relação a elas mesmas.

No fim de seu livro, Beauvoir aponta que o futuro não passa de algo abstrato para a humanidade, que não é palpável e concreto ainda. Mas para as próximas gerações é puramente o presente. Isso jamais deve ser esquecido. Quando não se quiser mais debater a fundo essas questões, simplesmente por conta do cansaço e desmotivação, essa é uma perfeita ideia para se agarrar. O atual futuro abstrato é o presente concreto das próximas gerações. Todo dia uma luta diferente será enfrentada, mas que deve-se ter a postura de transformar a sabedoria e resiliência em motores e assim construir um futuro presente cada vez melhor e igualitário.

Sempre haverá diferenças entre os sexos. Os corpos são sim biologicamente diferentes, mas é preciso que pare por aí. Libertar a mulher não significa negar as relações que estas possuem com os homens. O que queremos é que parem de nos resumir a isso. Somos muito mais. E a partir do momento em que ambos os sexos reconhecerem a igualdade e suas reciprocidades, um será “o outro” do outro. Ambos serão sujeitos. Um não terá sua existência justificada pela existência do outro. Essa é a liberdade que se procura, e essa é a liberdade que será alcançada.





## Como é ser uma mulher sexualmente ativa na velhice?

Por Laura Ré

A sexualidade feminina na velhice é algo que me interessa desde o começo de minha juventude. O entusiasmo com o tema é tanto, que meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um livro-reportagem sobre mulheres acima dos 65 anos que são ativas sexualmente. O sexo ainda é um tabu imenso em nossa sociedade, principalmente na velhice. O que deveria ser um tabu, na verdade, é *não* falar sobre vida sexual, ainda mais nessa faixa etária que sofre tanto com estereótipos e repressão social.

Uma de minhas referências bibliográficas é a antropóloga Mirian Goldenberg. Em seu livro “Coroas: corpo, sexualidade e envelhecimento na cultura brasileira” (2015), ela explica que o corpo é um capital, tanto físico como simbólico, econômico e social, em especial na cultura brasileira. Existe um modelo de corpo que é tão almejado que pode ser considerado uma riqueza. Segundo Goldenberg, o corpo-capital é um corpo sexy, jovem, magro e em boa forma, que é caracterizado como superior aos outros corpos. Para aquelas ou aqueles que desejem obtê-lo, só é possível por meio de muito investimento, trabalho e sacrifício.

No Brasil, as mulheres de prestígio são atrizes, modelos, cantoras, apresentadoras de televisão. E o que elas têm em comum? Todas elas possuem o corpo como seu principal capital, uma de suas mais importantes riquezas. A autora também aponta que a imagem do corpo das brasileiras é mantida até hoje tendo visão dos estrangeiros e dos próprios brasileiros como referência, sendo ela: sexy, bela, forte, nu e curvilínea – o que reforça ainda mais o imaginário do Brasil como um paraíso tropical e sexual.

Cria-se uma obsessão pelo corpo que também contribui para a compulsão da juventude. A fixação é tanta que não é à toa que as brasileiras são as maiores consumidoras do mundo de cirurgias plásticas, preenchimentos labiais, botox e tinturas para cabelo. Gilberto Freyre, em “Casa-Grande & Senzala” (1933), utiliza os conceitos de moda e modismo para explicar que roupas e penteados vão além de costume e que também estão na forma de pensar, sentir, crer e imaginar. O autor argumenta que as mulheres maduras que possuem acesso aos modismos do momento, tendem a seguir essas novas modas porque acreditam que isso é uma forma de evitar o envelhecimento, associando esse contato mais rápido com as novidades que as gerações novas têm com as tendências.

Nós, mulheres, sabemos o quanto é difícil ultrapassar e lutar para quebrar com esses estereótipos patriarcais e



© pikisuperstar/freepik

machistas impostos pela nossa sociedade. O tabu, o preconceito e a pressão estética para o corpo da mulher vêm ainda mais forte após a menopausa. Há uma associação do climatério com a velhice e o declínio na vida sexual das mulheres, mas, na verdade, é apenas o fim do ciclo menstrual. As sexólogas e educadoras sexuais que foram entrevistadas para meu livro-reportagem acreditam que a questão da menopausa é mais uma crença do que um problema real. Trata-se de um imaginário segundo o qual a mulher só existe para reprodução e, a partir do momento em que não consegue mais ter filhos, ela não serve mais.

Menopausa não é sinônimo de perda de libido. A OMS (Organização Mundial da Saúde), inclusive, afirma que o sexo é um dos quatro pilares para uma boa qualidade de vida, junto com trabalho, família e lazer. A prática da atividade sexual nessa fase da vida deve ser tratada de forma natural. Sexo não tem data de validade e as relações sexuais podem prosseguir até quando for desejado e possível. O primeiro passo é entender que existe uma mudança do corpo na velhice, o que exige adequações e adaptações.

Se manter sexualmente ativo nesse período da vida traz bem-estar, aumento da autoestima, redução do estresse, redução da pressão arterial, melhoria no humor e na imunidade, além de prevenir a depressão. Para que tais benefícios sejam atingidos, entretanto, também é muito importante recorrer a recursos como lubrificantes e ajuda profissional para cuidar da saúde vaginal. De fato, a performance não será a mesma de 30 anos atrás, mas é preciso compreender que o foco deve estar na qualidade, e não na quantidade.

Diferentemente do que a sociedade impõe, a sexualidade não é apenas o sexo com penetração, é uma gama diversificada. Se a mulher é vaidosa, frequenta bailes da terceira idade, se masturba, utiliza vibradores e encontra-se com amigas e amigos, por exemplo, isso também é considerado sexualidade ativa.

Como uma de minhas entrevistadas disse: “*Não existe a melhor idade quando se trata de sexo, existem várias idades boas, mas a melhor mesmo é a idade que a gente tem*”. O importante é buscar informação, se sentir bem consigo mesma e, por que não, incluir um vibrador na rotina, não é mesmo? \_\_\_\_\_

## Conhecer os mecanismos dos relacionamentos abusivos

### é recurso eficaz para combate de violência contra as mulheres

#### O que está na raiz da sociedade patriarcal e sinais que ajudam a identificar agressões

Por Sofia Duarte

Em 2019, 1.314 mulheres foram vítimas de feminicídio, ou seja, uma mulher foi morta a cada 7 horas, em média, apenas por ser mulher. O número retrata um aumento de 7,3% em comparação a 2018, de acordo com levantamento feito pelo G1 em parceria com o Núcleo de Estudos de Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Há duas possíveis explicações para esse cenário. Uma delas é que, de fato, os crimes de violência doméstica e discriminação à condição de mulher estariam crescendo, enquanto o outro argumento defende que, na verdade, foram os registros que se aprimoraram ao passar dos anos. De qualquer forma, o que está por trás da maioria dessas mortes brutais são maridos e ex-companheiros abusivos que assassinam as mulheres dentro de um ambiente que deveria ser símbolo de conforto e segurança: suas próprias casas. De lar, elas passam a ser prisão.

Esse quadro violento reflete uma realidade machista e patriarcal, que deve ser entendida para que seja possível tanto prevenir ou ajudar alguém a reconhecer uma situação de abuso quanto impedir que uma pessoa tenha comportamentos típicos de um agressor. Discutir um problema que tem raiz histórico-cultural é, portanto, um caminho rumo a mudanças expressivas na vida das mulheres, entre elas, a diminuição do feminicídio.

#### As raízes do abuso

Vivemos em uma sociedade na qual um olhar masculino, branco e hétero transcende todas as áreas da organização civil e impregna até o Estado. O patriarcado constitui um sistema cuja distribuição de poder é extremamente desigual. De um lado, a construção social do papel da mulher é voltada para a família e para a casa. Ela cresce recebendo instruções para brincar de boneca, se

comportar de uma forma delicada e conquistar um companheiro. De outro, os homens são socializados para serem bem-sucedidos na vida profissional e terem atitudes autoritárias que mostrem controle e poder.

A socialização é um processo enraizado na sociedade machista que cria estereótipos da mulher, designada para ser submissa e emotiva, e do homem, que é forte e independente. O desdobramento disso é um complexo de inferioridade das figuras femininas em relação às masculinas, o que fica em evidência, sobretudo, em relacionamentos amorosos heteroafetivos.

Devido às diferenças dessas socializações e dos papéis impostos aos sexos, o abuso é frequente em envolvimento românticos. As atitudes manipuladoras do homem não respeitam a individualidade da mulher; pelo contrário, a colocam em um lugar humilhante de impotência, medo e omissão. Ao entrar no círculo vicioso do abuso, a vítima tem sua autoestima destruída, passa a duvidar da sua autossuficiência, da sua saúde mental e, às vezes, até sua integridade física é profundamente afetada.

Historicamente, a mulher sempre exerceu um papel subalterno em relação ao homem e foi vista como uma segunda opção, como “a outra”, conceito bem colocado por Simone de Beauvoir em sua obra *O Segundo Sexo*. Em nenhum momento o homem, especialmente o homem branco e hétero, blindado por privilégios, foi deixado de lado; na verdade, ele está acostumado com o androcentrismo, que pressupõe o homem como a norma universal, como o centro das atenções, a medida de todas as coisas.

A violência fatal contra a mulher geralmente não é resultado de uma atitude espontânea, mas de vários acúmulos de agressões, envolvendo violência psicológica, patrimonial, moral, física e/ou sexual, que surgem em um relacionamento abusivo. Ela costuma ser conhecida por seu caráter democrático; qualquer mulher está sujeita às agressões pelo fato de ser mulher. No entanto, as estatísticas provam que as mulheres negras se encontram em uma situação de vulnerabilidade que permite uma maior exposição à violência. Além do determinante social de gênero, elas lidam com a opressão de raça e, muitas vezes, com a de classe também. Por isso, enquanto Simone de Beauvoir





©Freepik.com

explica que a mulher é vista como “o outro” em relação ao homem, a escritora portuguesa Grada Kilomba adiciona que a mulher negra ocupa a posição de “o outro do outro”, o que a coloca na base da pirâmide social.

### **O que é um relacionamento abusivo?**

Um relacionamento abusivo é composto por uma distribuição de poder completamente desigual. Em uma relação heteroafetiva, normalmente o homem, blindado por seus privilégios masculinos, possui um poder muito maior do que a mulher, e ela se torna um objeto de controle e de domínio dele. Essa lógica da dominação e exploração é a base do patriarcado, que promove a manutenção do controle masculino sobre a mulher e perpassa a sociedade civil, o Estado e todas as áreas do convívio social.

Entre as problemáticas desse tipo de relacionamento, temos a romantização do abuso. Devido à construção sociocultural de que ter ciúme significa demonstrar afeto, de que perseguição é sinônimo de ter cuidado e de que o homem tem o papel de defender sua honra, por exemplo, as relações abusivas costumam ser naturalizadas, vistas como forma de amor. Esse pensamento acaba normalizando ofensas verbais, morais, físicas, patrimoniais e sexuais e também dificulta a identificação das atitudes do agressor como violentas.

Um dos melhores termômetros para saber se alguém está em um relacionamento abusivo é perceber quais são os sentimentos da pessoa dentro dele. A mulher sente que os seus desejos são atendidos? Ela se sente respeitada pelo parceiro? Ela sente que é considerada nessa relação? O parceiro se importa se ela está bem ou mal, se preocupa em ter envolvimento na vida dela? Ele a respeita? Ela sente que existe uma troca, que de vez em quando ela cede, mas o outro também cede?

Outros sinais comuns são brigas o tempo todo, o companheiro culpabilizar a mulher pelo que não está

dando certo na vida dele ou no relacionamento, questionar a competência dela, afastá-la da família e dos amigos, fazer chantagem emocional... São atitudes que vão surgindo aos poucos, porque o abuso não está presente desde o início. Pelo contrário, na maioria das vezes, o homem é gentil e amoroso no começo e, aos poucos, vai introduzindo gestos violentos na relação.

A partir dessa lógica, a psicóloga norte-americana Lenore Walker criou um estudo no qual ouviu 1.500 mulheres em situação de violência doméstica e formulou o ciclo da violência, em 1979, para identificar padrões abusivos em uma relação. De acordo com ela, o ciclo da violência é dividido em três fases: aumento da tensão, ataque violento e lua de mel.

O primeiro momento, chamado “aumento da tensão”, costuma ser marcado por ataques de raiva do agressor, gritos, xingamentos, ameaças e humilhação da vítima. É quando a mulher geralmente entra em estado de negação, não enxerga o que está acontecendo ou esconde das pessoas próximas. A reação dela é tentar acalmar o parceiro e evitar comportamentos que possam irritá-lo. Ela tende a se culpar, a encontrar uma justificativa para as atitudes dele, como “ele teve um dia ruim no trabalho”. Trata-se de uma etapa que não tem duração de tempo específica, podendo se estender por dias, semanas ou até anos. Porém, como a tensão tende a aumentar, o relacionamento pode seguir para a segunda fase do ciclo.

Em seguida, vem o ataque violento ou a explosão. É a etapa mais curta, na qual a violência irrompe e toda a tensão se materializa nos vários tipos de violência – moral, física, psicológica, patrimonial e/ou sexual. As vítimas se sentem impotentes, sozinhas, não têm reação e são tomadas por medo, vergonha e dor. Costuma ser o momento em que elas se distanciam do agressor, buscam ajuda, fazem uma denúncia, pedem a separação ou até mesmo cometem suicídio.

Por último, temos a famosa “lua de mel”, quando o agressor se arrepende e se torna amoroso e gentil para garantir a reconciliação. Ele compra presentes, faz promessas e gestos românticos, formas de assegurar uma manipulação afetiva para que a mulher o perdoe. Assim, a vítima é iludida, acredita que o parceiro irá mudar e fica ainda mais dependente dele. Esse período mais calmo termina quando a tensão retorna e começam as pequenas humilhações, nos levando de volta à primeira fase.

Cada vez que o ciclo é retomado, as atitudes do abusador na etapa da tensão ficam mais violentas, podendo levar, inclusive, ao feminicídio. Por isso, é fundamental que esse sistema seja quebrado, mas não existem soluções fáceis. Muitas mulheres se sentem constrangidas e acabam se calando sobre seus problemas na relação,

enquanto os homens continuam mantendo uma imagem de parceiro perfeito para a sociedade.

A fim de que o ciclo da violência pare de se repetir, as vítimas não podem silenciar. Elas precisam pedir ajuda, contar o que está acontecendo a uma amiga ou parente, ligar para o 180 e fazer uma denúncia na Central de Atendimento à Mulher ou registrar um boletim de ocorrência em uma delegacia. Geralmente, a vítima sai dessa situação quando consegue olhar de fora e percebe que o relacionamento é abusivo. Mas, para isso, ela precisa fortalecer a sua individualidade. Voltar a ter relações com os amigos e a família, a investir e crescer no trabalho, se sentir capaz de estar sozinha, autossuficiente e superar essa dependência emocional ou até financeira do parceiro.

### Sinais de um relacionamento amoroso abusivo

As situações abaixo são típicas de relacionamentos amorosos abusivos. Identificá-las na sua relação significa que você precisa ficar em alerta, criar uma rede de apoio, seja na família ou com amigos, para desabafar e pedir ajuda. Se você marcar mais de um item, fique atenta! Procure pessoas de confiança para contar o que está acontecendo e falar como você se sente, além de instituições que podem te auxiliar na denúncia ou grupos de apoio para mulheres, como o MuRA<sup>1</sup>, que vão te fortalecer para que você consiga sair do abuso.

#### 1. Humilhações e ofensas

Ele te coloca para baixo, faz com que você fique insegura e se sinta inferior, não te ouve, não apoia suas conquistas e tenta te ofender.

#### 2. Possessividade

Ele tem crises de ciúme exageradas e te enxerga como propriedade dele.

#### 3. Controle

Ele costuma controlar suas redes sociais, reclamar das suas roupas e pedir para você trocá-las.

#### 4. Isolamento

Ele te impede de fazer novas amizades e de sair com seus amigos.



@PetersKarolinaGrabowska

**Ligue 180 para denunciar ou  
190 para emergências**

#### 5. Manipulação

Ele faz chantagens emocionais, tenta te culpar por tudo, não consegue enxergar que cometeu um erro e diz que você “é louca”.

#### 6. Violência patrimonial

Ele retém ou destrói total ou parcialmente seus bens, objetos e documentos pessoais.

#### 7. Violência física ou sexual

Ele atira objetos em você, te belisca, empurra, dá tapas ou te obriga a ter relações sexuais.

#### 8. Mudança de humor

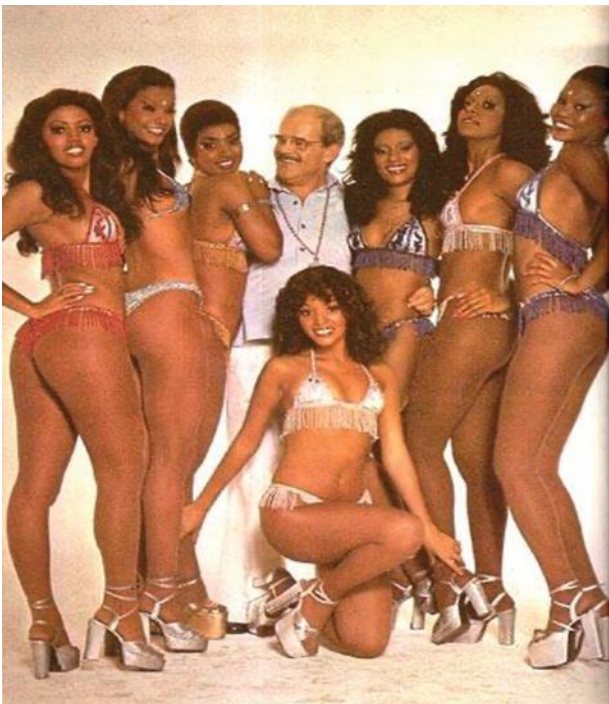
Após as violências, ele se torna amoroso e carinhoso, cumprindo a conhecida fase da “lua de mel”.

<sup>1</sup> [www.instagram.com/mura.somosmuralha](http://www.instagram.com/mura.somosmuralha) e [www.facebook.com/MURA.SOMOSMURALHA](http://www.facebook.com/MURA.SOMOSMURALHA).

## Eu queria ser Chica da Silva

Por Pary Souza

Sou uma mulher negra de pele morena e cabelos encaracolados, com lábios grossos, uma beleza sem nada de extraordinário, mas com sorriso largo e que gosta de dançar. Essas características genéticas, em nossa sociedade, alimentam alguns estereótipos internalizados no imaginário masculino. Quando criança me lembro de ouvir: “ela é bonita e pode dar uma bela mulata Sargentelli!”. Para quem não sabe, Osvaldo Sargentelli<sup>1</sup> foi um próspero empresário do setor de eventos que nos anos 70 criou o famoso “Show de Mulatas” e deu origem a expressão “mulata tipo exportação”. Uma expressão que solidifica a objetivação dos corpos de mulheres negras que eram “exportadas” como objetos e se comparavam à produtos valiosos e muito bem pagos pelo mercado.



Osvaldo Sargentelli e suas Mulatas

Cresci num bairro de operários, praticamente sem estabelecimentos comerciais, onde não havia opções de lazer e o transporte era difícil. Não havia cinema por perto, e a televisão era o que nos restava, as mulheres negras que eu via na TV eram: Tia Anastácia, as mulatas do Sargentelli, as mulheres escravizadas, as empregadas domésticas das novelas e filmes e a Globeleza, que durante anos dançou seminua anunciando o carnaval. Sonhava em ser passista ou Rainha de Bateria, lugares onde moças como eu ocupavam o centro da cena.

Mas dentre os pouquíssimos modelos de mulheres negras, uma delas me encantou, Chica da Silva. O filme de Cacá Diegues, *Chica da Silva*, de 1976, traz a linda e exuberante Zezé Mota no papel de uma mulher escravizada que foi amada por seu senhor, que a libertou e lhe deu tudo o que uma mulher rica de sua época poderia ter, inclusive escravos. Apesar de ser rica e poderosa, Chica não pode realizar seu sonho de conhecer a Corte; isso seria o fim de seu amado João Fernandes. Apesar de seus status e poder, a realeza portuguesa jamais aceitaria conviver com uma negra que não fosse de maneira servil. O filme me trouxe pela primeira vez a dimensão do poder do racismo na vida das pessoas “de cor”.



Atriz Zezé Mota em cena do filme *Chica da Silva*

<sup>1</sup> Osvaldo Sargentelli (1923-2002) foi um radialista, apresentador de televisão e empresário da noite brasileiro. Em 1964, Sargentelli foi proibido pelo regime militar de continuar com o programa na TV Tupi. Teve várias casas de espetáculos: “Sambão”, em Copacabana (1969, “Sucata” (1970) e “Oba-Oba” (1973). Em suas casas era exibido o famoso show de mulatas. O grupo fez inúmeras apresentações dentro e fora do país, dando origem à criação da expressão “Mulata tipo Exportação”. Trechos de Sargentelli e seu show de mulatas na boate Oba-Oba podem ser vistos no filme de 1977 “As Granfinas e o Camelô”.

Durante muito tempo convivi com o racismo como algo inerente aos espaços que me atraíam, locais onde a maioria era branca e culta, educada mas preconceituosa. Sempre almejei conquistar um mundo melhor do que aquele em que nasci, e aos 7 anos meu modelo de casa era a da “Feiticeira”, mas sabia que aquela casa de classe média americana, ampla e confortável não era algo que a sociedade me ofereceria. Para minha mãe eu era “medida” e muito ambiciosa, o que era pecado, pois deveríamos aceitar o que Deus nos dá. Na juventude, conheci outros deuses, e divindades que trouxeram novos valores, tais como “reverencie o divino que habita em você”, ou “ninguém veio ao mundo para sofrer”. Isso trouxe um novo sentido à minha existência, e pude alimentar a espiritualidade com novas e diferentes fontes que não me condenavam ao sofrimento.


Nunca dei muita atenção à cor das pessoas, para mim todas eram simplesmente pessoas. Apesar de me sentir

desconfortável em alguns locais, insistia em ali permanecer para poder desfrutar algo diferente do que minha cor e condição social me destinara. Sempre tive uma tendência a questionar normas, e com isso fui percebendo que o racismo fazia distinções entre as pessoas, distinções sem o mínimo de lógica.

A maternidade também me apresentou situações de racismo em espaços inusitados. Por ter uma filha branca e encantadora, muitas pessoas estranhavam quando eu dizia que era a mãe daquele “bebê lindinho”, situações que se repetiam em postos de saúde, escolas e praças e parques. Mas a vida vai nos ensinando, e sei que também deixei muita gente perplexa com minha inteligência e atitudes, conviver com pessoas de outras classes sociais me ajudou de certa forma a entender as estruturas de pensamento e de valores da sociedade brasileira.

Ouvi também muitas frases ridículas, certa vez numa festa escuto isso: “dança, você não é mulata? Tem samba





na veia!!!” Para a pessoa em questão, é como se todas as negras nascessem dançando como a globeleza. Mas por ter, com o passar do tempo, entendido como funcionava essa lógica, acabava relevando e fazia uma piada.

Certa vez conheci um pesquisador, professor universitário, um homem muito bonito e educado, engraçado, eu trabalhava na biblioteca e o atendi durante semanas. Conversamos bastante sobre muitos assuntos, passamos a sair para tomar café, e certa vez ele me convidou para sair. Fiquei feliz pelo convite e vi que ele tinha um interesse que ia além do bate papo. Nos encontramos em sua casa e depois de um belo jantar, ele me disse que me achava muito bonita e alegre. Lá pelas tantas me contou que se sentia muito atraído por mim, pois eu lhe lembrava a moça com quem ele teve sua primeira relação sexual. Fiquei confusa, mas ele me contou a história de quando era um adolescente e estava na fazenda de seu avô.

Havia muitos empregados, e havia uma moça negra que trabalhava na casa e que ele a admirava de outros tempos, e naquela vez ele tomou coragem, e a levou para o lugar onde “dormem os cavalos” e, em meio as palhas, ele teve sua primeira vez. Segundo seu relato, ela consentiu. Fiquei sem reação porque era uma bela lembrança, para ele, de um episódio importante na vida de qualquer homem, mas me chocou a situação. Não sei se continuaram com as “brincadeiras”, mas o fato é que aquela moça negra lhe proporcionou sua primeira experiência sexual. E eu ali lhe trazia estas lembranças. Perdi o tesão e o interesse.

Nessa época da minha vida eu não conhecia as questões do feminismo negro, pelo menos não sabia nada sobre. Mas mesmo sem nenhuma ideia formada sobre este tipo de experiência fiquei me sentindo muito mal, por saber ser aquela uma situação desigual, em que a moça não teve nenhuma opção. Me senti mal por despertar lembranças de um ato cuja a realização do desejo e o poder masculino do neto do patrão, branco e da cidade, era algo inquestionável.

A sociedade alimenta o imaginário calcado no estereótipo de que as mulheres negras são fogosas, para muitas pessoas isso pode ser um elogio. Gostar e fazer sexo é bom, não há nenhum problema nisso, o problema

é pensarem que por conta da cor da sua pele você terá desejo por todos os homens. E muitas vezes quando você diz que não, o homem se ofende: “Mas você é negra, e todas gostam, isso é biológico!!!!?”

Se eu demorei a perceber e entender isso, imagino que a maioria destes homens que passaram pela minha vida não tenham chegado ao mesmo entendimento. Eles eram pessoas legais, mas sem empatia pela questão, muitos ainda acreditam no “mito da mistura de raças”. E, atualmente, apesar de tanto debate, muita gente não consegue perceber o nível sutil do racismo em suas atitudes ou pensamentos. O fato de se ter amigos negros basta para que se livrem de qualquer tipo de questionamento sobre falas e posturas.

Há pouco tempo descobri pesquisas e textos, que tratam da solidão da mulher negra e como isso é construído diante das condições econômicas e sociais no Brasil. Apesar de termos conquistado alguns poucos postos de destaque, a diferença entre os tratamentos e as barreiras a serem rompidas são inimagináveis para a maioria das pessoas. Além de ser difícil a entrada em alguns círculos, ao meu ver, a maior barreira a ser superada é a interna. Desconstruir dentro de si os modelos sociais, e talvez alguns que sua família lhe tenha passado, inventar um modo de ser, se alimentar diariamente de energia para prosseguir, saber brigar por seus direitos, e ainda, aprender a se amar sem preconceito.

Uma jornada nada fácil, e como certa vez disse uma colega, uma mulher inteligentíssima, que era negra e havia feito doutorado em filosofia na Alemanha: “Amiga, a gente acaba querendo dar conta das questões desses homens brancos, que nos amam, mas vivem em conflito com isso, e além disso nossas questões com o racismo. É muita coisa, eu desisti, optei por ficar sozinha!!!”

Pois vejo que nem sempre quando conquistamos sucesso estamos livres dos sentimentos de inadequação, exclusão ou solidão. Ainda há muito que avançar, mas aos poucos vejo mudanças acontecendo. Pelo menos hoje as meninas negras podem ver na TV muito mais mulheres como elas e que não sejam empregadas, passistas ou mulatas tipo exportação.

**Mas ainda há muito a se conquistar.**

## Da vista do ônibus

Por Isabela Cagliari

Trânsito caótico, filas intensas e multidão são palavras normalmente associadas à maior metrópole brasileira. Mas falar de São Paulo não é tão simples assim. Da vista do ônibus, pode ser lugar de encontros e desencontros, correria e novas oportunidades. Parece uma classificação mais justa.

Em 2019, fiz minha mudança para a cidade, que emergia como realização do meu maior sonho: cursar Jornalismo. Por mais que seja algo comum, principalmente para aqueles que moram no interior, a sensação pode se assimilar a um filme de chegadas e partidas, com direito a um turbilhão de sentimentos.

Antes mesmo da faculdade, a ideia de morar em São Paulo já era bem vista. Afinal, não é na capital que “tudo gira”, que as possibilidades aumentam? Por que não investir na história que é contada e replicada?

No meu caso, São Paulo seguiu a tradição. Veio como local de estudo e trabalho, mas não demorou para se tornar lar. Admito que até as buzinas conquistaram um espaço razoável no coração, parecem dizer “bem-vindo à loucura de uma cidade grande”.

Além disso, a metrópole também cumpriu com seu papel no que diz respeito às fases da vida. Na cidade que tinha a minha apreciação muito antes de se tornar casa, me vi diante do início e encerramento de ciclos. Depois de quatro anos, o curso da universidade está acabando e o receio do que vem pela frente já bate à porta.

Da vista do ônibus, a noção disso fica mais nítida. Nos longos minutos no trânsito, é impossível deixar passar as reflexões sobre a vida – o que é, poderia ser ou planeja ser. Apesar de saber que São Paulo tinha grandes chances de mudar a minha vida, não estava preparada para o que ela me traria.

Dentro do transporte coletivo, veio o flashback dessa trajetória com o encontro de duas amigas. A felicidade do reencontro após as férias de julho era tamanha que não se contiveram no tímido “e aí, tudo bem?”, o abraço veio antes de qualquer palavra.

Olhando a dupla de longe, lembrei que também encontraria as minhas amigas naquela manhã. E ainda teria a sensação de encontro e despedida ao mesmo tempo. No último primeiro dia de aula na Pontifícia, não poderia ser diferente.

Nessa fração de tempo, olhei para as duas como se estivesse diante de um espelho. Pensei no que fiz e não pude fazer para viver o sonho. No que ganhei e abri mão neste ciclo, agora prestes a encerrar.

No início, notei o espanto de familiares e pessoas próximas com a partida para a cidade grande, até por ser filha da caçula. “Será que vai se adaptar à nova rotina?” e “Vai conseguir viver na selva de pedras?” eram alguns dos apontamentos levantados à época. Como mulher, parece que tudo muda de figura. Se fosse homem, tenho certeza de que teria essa fase poupada.

Adaptada à realidade paulistana, já com noções básicas das direções e baldeações do metrô e dos pontos de descida dos ônibus, não deixei de ouvir os mesmos questionamentos. Alguns reforçaram a dúvida sobre a minha mudança e se eu conseguiria realmente “dar conta das coisas” em São Paulo.

“Não tem faculdade de Jornalismo aqui, em Sorocaba?” foi outra pergunta que escutei com frequência. Não



© Reprodução Unsplash





foi raro explicar o porquê. Comentar que tinha o sonho de estudar em São Paulo, às vezes, não bastava. Precisava ter um motivo, que fosse “mais plausível” para quem ouvia a resposta.

Confesso que a vontade de responder apenas com “porque eu quis” foi enorme em diversos momentos. Por outro lado, como a fala sincera pode parecer “grosseria” vinda de uma mulher, era melhor trabalhar com “lá, tenho mais oportunidades na profissão do que aqui”.

De fato, as possibilidades que São Paulo oferece são inúmeras, e concordo que tenha levado isso em conta, sim. Mas será que não poderia apenas sonhar em morar na cidade, sem ter outro motivo? Seria isso tão estranho?

Meus pais tomaram o caminho contrário. Tiveram seus medos com a minha mudança, bem como os receios que acompanham aqueles que têm filha, o temor de que outros se aproveitem dela apenas por ser mulher. Mesmo assim, apoiaram a minha decisão. Com isso, “olho vivo, faro fino” virou fala de praxe em cada despedida de domingo.

Diante de tudo, não digo que morar sozinha em São Paulo no período universitário foi mar de rosas o tempo todo. Tinha dias que queria um colo de mãe, um conselho de pai, uma lambida do cachorro. Os finais de semestres não facilitavam em nada. Mas valeu a pena.

Abri mão do aconchego do conhecido, de aniversários de familiares e de encontros na casa da minha avó todo fim de semana. E me dei permissão para chorar de

saudade, conviver com a solidão de um apartamento vazio e lidar com as constantes despedidas que tinha de fazer ao voltar para a Terra da Garoa.

Neste ciclo, também dei risada por esquecer de descongelar a comida antes de ir para a faculdade, comemo-rei a espera do motorista ao me ver correndo em direção ao ônibus e me senti acolhida por estranhos, que, depois, tive o prazer de chamar de amigos.

São Paulo trouxe desafios e conquistas, como prometi sua história. No primeiro ano de Jornalismo, consegui um estágio. No segundo, veio uma promoção no trabalho. Já no terceiro, uma monitoria e uma nova possibilidade de emprego. No último ano do curso, o fim do ciclo e o começo de outro.

A cidade que não para me deu uma nova maneira de olhar para a vida. Pude ser quem eu gostaria de ser, mesmo que isso fosse contra o senso comum de algumas pessoas. Pude ser mulher, trabalhadora, que batalha pelo que almeja e aproveita a “fala com jeitinho” para ocupar espaços que antes eram predominantemente dominados por homens.

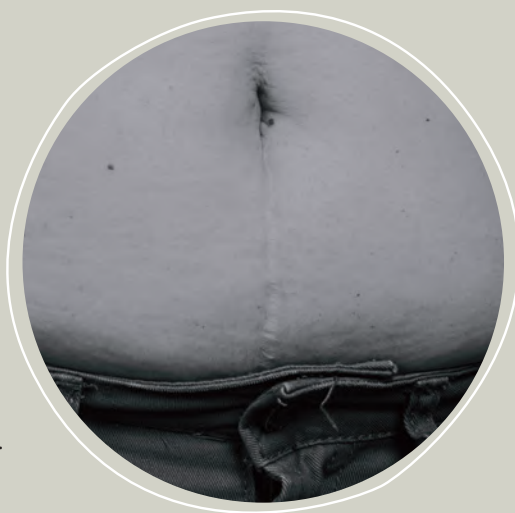
Nessa etapa de encerramento de ciclo, não sei o que esperar do “novo”, do que vem pela frente. Apenas sei que, seja cruzando uma esquina da Paulista, seja da vista do ônibus ou de qualquer outra forma, vou lutar pelo que sonho. Afinal, desistir não é do feitio de uma mulher. —

# Ensaio fotográfico

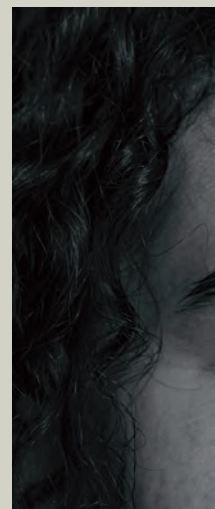
Nossas marcas não nos definem, mas nos identificam. São lembretes diários – para nós e para o mundo – do caminho percorrido; das trilhas que abrimos e do chão que pavimentamos, a fim de que outras pudessem andar léguas menos tirana.

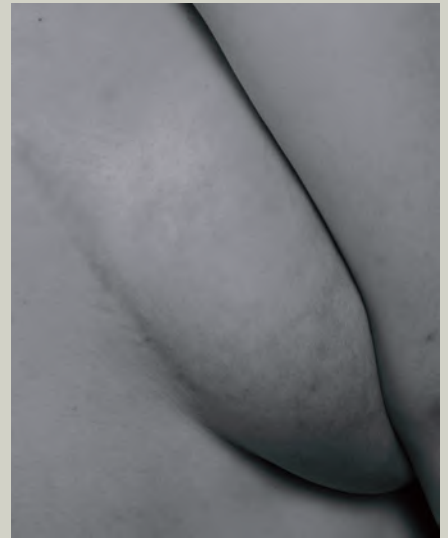
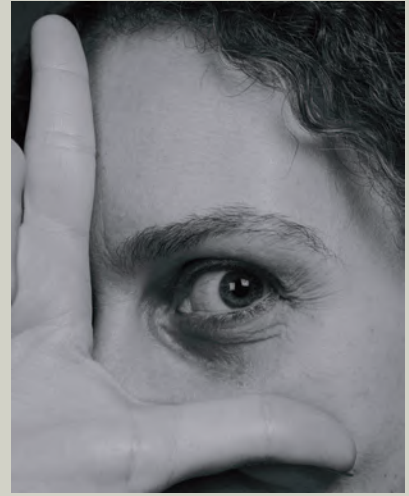
A marcha é acidentada; cheia de crateras, picos e vales. Se a estrada se estreita, é para poder se alargar e, em seguida, estreitar-se de novo.

Assim é a pele. No estica e encolhe das coisas, no contrair e no relaxar, no cair e no levantar, forja-se o relevo do tecido que nos reveste. De superficial, a derme guarda pouco.



*Por Sophia Linares*

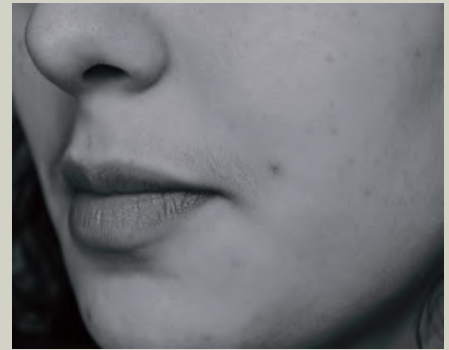
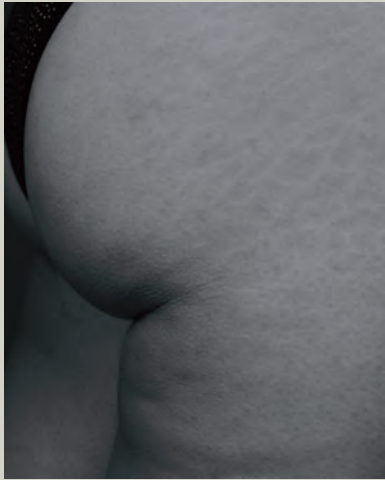




© Fotos: Sophia Linares



Por Eva Pacheco



© Fotos: Eva Pacheco

## Beatles, solidão, sexo, arqueologia

### e o que podemos aprender com a Capricho

Por Gabriela Costa

Deixa eu te levar numa rápida jornada na realidade de uma adolescente. Imagine a seguinte situação: você é uma garota de 13 anos. Acabou de ficar menstruada pela primeira vez, mas o incômodo de uma cólica não se compara com a alegria de sentir que não é mais uma criança.

Na escola, suas amigas compartilham seus desejos de que certas partes do corpo cresçam. Os pares já começam a se formar: As garotas começam a falar de seus interesses por certos meninos, e eles passam a fazer provocações.

Esse jogo vai se estendendo com o passar dos anos. Suas amigas começam a ter vida sexual ativa, talvez você também. Os cochichos nos corredores chegam aos seus ouvidos: “Viu que fulana engravidou?”

Na aula de ciências, a professora vomita algumas informações sobre sistemas reprodutores e te aterroriza: a única forma de não engravidar é se abstendo. Entre explicações sobre ciclo menstrual, você só escuta as risadas dos garotos ao olhar para um desenho simplificado e rosa nas páginas de um livro didático. Por outro lado, as meninas evitam o contato visual e murmuram preces para que a tortura termine logo.

A escola continua sendo marcada por sussurros perguntando se você tem um absorvente, o que é rapidamente seguido por um pacotinho branco com figuras cor de rosa sendo rapidamente enfiado em um bolso.

À noite, deitada na cama, você lembra de algum ator bonito daquele filme. Ou talvez uma atriz. Seja qual for o caso, é com muita culpa que você se toca. “Tira a mão daí.”

Talvez tenha buscado na internet sobre, e talvez tenha achado algumas informações raras. Talvez, mas talvez mesmo, tenha procurado sua mãe para perguntar. E mais talvez ainda ela tenha te dado uma resposta satisfatória.

Essa não é a realidade de todas as meninas, também não é uma cópia da minha, e nem é possível representar algo universal a todas as mulheres, mas talvez tenha chegado perto. O que posso extrair desse processo em alguns adjetivos: confuso, silencioso e solitário.

Não existe espaço dentro do convívio feminino para troca, seja de conhecimento seja de afetos. As relações entre mulheres são permeadas de silenciamentos, inclusive entre si por conta de uma competitividade embutida.

Naomi Wolf, autora de uma das obras mais importantes do feminismo do último século, “O mito da beleza”, aponta diretamente essa questão. De acordo com ela, meninas são estimuladas a rejeitarem os conselhos de mães e outras parentas justamente por serem mais velhas. Envelhecer é falhar na lógica da eterna juventude esperada das mulheres.

Se uma menina não pode pedir conselho para ninguém mais velho, mas também é impedida de conversar com amigas na mesma faixa etária por uma constante competitividade imposta, quem sobra? É por esse motivo que as revistas femininas faziam tanto sucesso.

Até alguns anos atrás, para uma garota, as respostas para suas perguntas estavam contidas em páginas coloridas, ainda que elas tivessem um público mais voltado para uma classe média alta e branca. Naomi Wolf escreveu que “as revistas dão a sensação eletrizante raramente concedida às mulheres, embora os homens em seus grupos a tenham permanentemente, de estarem conectados, sem hostilidade, a um milhão de pessoas de pensamento semelhante e do mesmo sexo”.



© Reprodução: Freepik

## Páginas menores

Além da sexualidade, as revistas tratam de temas de adolescentes que, em outros veículos, são considerados “menores”. É realmente uma cultura feminina: são as *boybands*, os filmes de Crepúsculo, as séries sobre jovens no ensino médio, os livros de fantasia; todas as produções culturais se repetem. Todos os formatos que são considerados “coisa de menina” e, portanto, automaticamente desmerecidos, encontram um lugar especial e reconhecido dentro das páginas das revistas.

É a mostra de como a imprensa feminina, muitas vezes, foi precursora de diversas tendências que, mais tarde, seriam amplamente repercutidas. Os Beatles, que atualmente estão nas listas de melhores e maiores bandas de todos os tempos, começaram tendo uma base de fãs composta em sua maioria por mulheres. No início, na realidade, os membros eram considerados bem sucedidos não por seu talento, mas pela “beatlemania” – tratada quase como uma doença que deixava as mulheres histéricas pelos músicos.

Quando se fala em imprensa feminina, na realidade, um ponto muito importante é a presença da literatura, presente desde o início. Muitos autores nacionais renomados, inclusive, começaram escrevendo em veículos tradicionais, inclusive revistas femininas.

Clarice Lispector escrevia em uma coluna para mulheres chamada “Nossa conversa”, do jornal Diário da Noite. Costumo dizer que não se conhece a verdadeira autora sem se levar em conta seus trabalhos na coluna, porque se perde pérolas como “Estou hoje mais com jeito para conversinha mole, dessas partidas, à vontade, sem o menor ar de “discurso” [...] Que é que você acha, por exemplo, dessa moda de franjinha meio boba, meio desfiada, meio de lado na testa, meio “como quem não quer nada”? Pois há dias que me parece o ideal. Tal franjinha mistura um ar de preguiça com um toque de exótico, e às vezes dá a impressão de deusa bem penteada que o vento despenteou. Sou a favor de franja boba [...] E você?” (Coluna “Nossa Conversa” – 06 de maio de 1960).

## Escavação

O ponto é: se nossa sociedade valoriza tanto permanecer jovem, por que julgamos meninas por quererem agir como meninas?

Se estamos falando de uma fase tão fundamental biologicamente e socialmente para a nossa formação enquanto indivíduos, por que não damos mais atenção para ela? E não é uma atenção direcionada a aspectos que nos pareçam mais importantes, porque também não é produtivo.

Quando fui escrever meu artigo de iniciação científica sobre sexualidade feminina na adolescência, a busca pela bibliografia foi uma escavação arqueológica. E no meio desse processo, minha pá parava em alguns artigos, mas todos do mesmo tema: gravidez.

Por conta da disseminação do feminismo – e de sua consequente apropriação pelo capitalismo – existe não apenas uma aceitação maior na sociedade de que (passe-me!) mulheres são seres humanos, mas também sobre como é fundamental que mulheres se empoderem e busquem prazer. Todavia, quando se fala de sexo, nunca falamos considerando adolescentes.

## Gerações solitárias

E, agora, é uma corrida contra o tempo: jovens têm iniciado a vida sexual cada vez mais cedo. Segundo uma pesquisa realizada por Eliezer Berenstein, em 1995, a cada geração, a menarca acontece dez meses mais cedo,

o que implica uma antecipação da puberdade. Não existe um consenso no meio científico sobre a causa, mas, ainda assim, não se deve ignorar o fato.



Capa de 1993 com Luana Piovani segurando uma camisinha para iniciar uma campanha pioneira lançada pela revista sobre o uso de preservativos



Capa de 2013 com Demi Lovato incentivando jovens a assumirem seu corpo com a chamada “De uma garota com curvas para outras com curvas: se assumam!”

Adicionado aos problemas biológicos, ainda temos o fator social: jovens estão cada vez perdidos, e não, não precisa ler com a voz de uma senhora rabugenta e saudosista. Até a Revolução Industrial, a adolescência simplesmente não existia: com certa idade, as crianças eram mandadas para trabalhar; as meninas assim que menstruavam já eram consideradas mulheres. Não havia meio termo.

Hoje, tudo é adiado: casamentos e gravidez planejada acontecem cada vez mais tarde (quando ainda acontecem), a entrada no mercado de trabalho e o término dos estudos também. A adolescência se torna esse momento de vácuo, o limbo entre a infância e a vida adulta.

O efeito do cabo de guerra de, hora ser criança demais, hora madura demais, é o mesmo já citado anteriormente: solidão.

### Lições Caprichadas

Durante a resolução da minha pesquisa, não consegui pontuar um resultado (nunca fui boa em escrever finais). Minha hipótese inicial era de que a Capricho não criaria um conteúdo saudável no que diz respeito à sexo.

E, não me entenda mal, não é como se a Capricho fosse o ícone *teen* feminista e ninguém tivesse descoberto até hoje, bem longe disso. Na realidade, muitas vezes, a revista reforçava estereótipos de submissão da mulher, pressão estética e, principalmente, tinha uma imagem muito heterossexual do seu público, o que não necessariamente era verdade.

Ainda assim, eu não consigo apontar o dedo e julgar o veículo dessa forma quando tantas outras informações importantes eram compartilhadas. As campanhas de uso de preservativos, o incentivo à masturbação, as dúvidas, o diálogo com as leitoras, as discussões sobre violências sexuais, todos eram temas amplamente tratados de forma responsável em diversas edições analisadas.

O que me leva a pensar que, na época, apesar de não ter escrito nada parecido em minhas conclusões do artigo, vou tomar o seguinte espaço para colocar o que acho que podemos aprender com a Capricho ao se comunicar com jovens para falar sobre sexo.

### Linguagem

Pode parecer óbvio, mas faz toda a diferença. Usar gírias e falar coloquialmente são dois âmbitos que não podemos atingir, de maneira nenhuma, se quisermos ser levados a sério. Pessoas inteligentes falam na gramática normativa usando palavras difíceis. Pessoas inteligentes não falam iguais adolescentes. Se esforçar para usar uma linguagem adequada para se comunicar com determinado público mostra que você dá importância àquele tema

o suficiente para se preocupar até com a forma que a mensagem será passada. Era o que a Capricho sempre tentou fazer em seus textos: ela era a conselheira mais velha e sábia, mas sempre trazia seu ponto com referências que fossem parte do mundo da leitora.

### Representatividade

Apesar de um dos meus grandes pontos de crítica ser a falta de representatividade na Capricho, esse erro também pode ser usado de exemplo. Todo o tratamento a qualquer sexualidade que desviasse da heterossexualidade era colocado no lugar de “outro”, enquanto em todos os outros momentos, a revista se dirigia sempre diretamente à leitora. É parte do exercício diário de desconstrução de preconceitos que todos passamos (ao menos, eu espero): não há como saber a sexualidade ou identidade de gênero de uma pessoa, incluindo aquelas que são próximas a você. É fundamental considerar essa possibilidade, especialmente quando se conversa com um adolescente. Mesmo que a menina já tenha demonstrado interesse por uma pessoa do gênero oposto, mesmo que ela tenha traços de “feminilidade”: não presume nada sobre ela. E isso nos leva ao último ponto.

### Escuta

Acima de tudo: escutar. Quando a Capricho propunha pautas para a seção sexo, sempre havia uma parte significativa desse processo produtivo que levava em conta a visão da leitora sobre aquele tema. Seja tirando uma dúvida, usando alguma história que elas mandavam ou, simplesmente, com os dados das enquetes realizadas no site da revista, o veículo sempre sentia uma necessidade de estar em contato com seu público e produzir as matérias que as meninas queriam – e precisavam – e não um caminho contrário. Muitas vezes, ao se comunicar com adolescentes, tenta-se falar sobre o que queremos, ao invés de perguntar sobre o que eles querem saber.

Pensar em um cenário cada vez mais desértico, adolescentes estão cada vez mais sendo expostos a conteúdos sexuais na internet e, sem uma comunicação direta com eles, os danos podem ser irreparáveis. Falar de sexo não pode se resumir em preservativos e gravidez, é preciso abranger todo o espectro. “A” conversa tem que abranger prazer, violência, consensualidade, entre outros tópicos proibidos.

Pode parecer engraçado pensar em uma jovem de 20 anos dando conselhos como uma anciã sábia, mas talvez por ser mais nova consigo enxergar o problema – e a possível solução. Além do mais, como já foi dito, passou da hora de darmos valor para as produções femininas adolescentes, sem palavras difíceis. *É isso, um beijo da Anitta.*

# Até que ponto é permitido proibir a entrada de mães e filhos nos estabelecimentos?

Por Vanessa Loiola

Ser impedida de frequentar lugares por estarem com seus filhos é a realidade de muitas mães solo no Brasil. Em abril deste ano, veio à tona o caso de uma mulher que foi barrada na entrada do Miúda Bar, localizado no bairro de Santa Cecília, Centro de São Paulo, por estar acompanhada de seu filho pequeno.

Um pouco antes, uma estudante de direito, em Belo Horizonte, foi proibida de assistir às aulas da faculdade por estar com sua filha de 11 meses, que era lactante. Muitas dessas mães, como foi o caso aluna, não tem com quem deixar as crianças porque as creches não funcionam no período noturno.

Mesmo após conquistar o direito de frequentar ensino universitário no Brasil, em 1879, por meio do Decreto Lei nº 7.247/1879, em 2022, as mulheres, sobretudo as mães solo, ainda têm seus espaços limitados. Uma sociedade ainda com características intrínsecas do patriarcado que contribui para que cada vez mais elas se sintam constrangidas e humilhadas por saírem de casa com seus filhos.

Nesse sentido, há quem defenda que proibir a presença de crianças em determinados lugares seja uma preferência válida, com a justificativa de que os pais não impõem limites no comportamento. Desse modo, a bagunça dos pequenos acabaria atrapalhando a tranquilidade das outras pessoas que ali o cercam. Parte das pessoas que sustentam esse pensamento fazem parte do movimento *childfree*.

### O que é e como surgiu o movimento *childfree*?

Em tradução livre, *childfree* quer dizer “livre de crianças”. O movimento surgiu no Canadá e nos Estados Unidos, nos anos 80, e tinha como ideia inicial juntar as pessoas que não tinham vontade de ter filhos e que se sentiam segregadas por isso. O principal objetivo era lutar pela defesa de métodos contraceptivos eficazes, laqueadura de trompas, histerectomia, aborto e educação sexual.

No entanto, ao longo do tempo, o movimento foi ganhando mais adeptos mundialmente e passou de “não querer filhos” a “não gostar de crianças” e, consequentemente, também a não querer conviver com elas. Com base nesse público, existem estabelecimentos que determinam uma faixa etária para entrada, que fazem uma demarcação dos espaços que podem ser preenchidos por crianças, além de quem até paga um valor extra para garantir silêncio e privacidade longe dos pequenos.

### O que dizem os especialistas?

Para psicólogos, proibir o acesso de crianças a determinados ambientes e situações é impor uma barreira ao seu desenvolvimento, além de abrir precedente para outras restrições, como de idosos e pessoas com deficiência.

No artigo 227 da Constituição Federal, que norteia o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é apontado que “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.



© Reprodução/Pexels



Dessa forma, rejeitar a presença de crianças em lugares como bares, hotéis, universidades, festas de casamentos, academias de musculação e etc, é inibir também o acesso das próprias mães, as quais ficam responsáveis, na maior parte das vezes, no cuidado de seus filhos.

Pedro Serrano, professor de Direito Constitucional da PUC-SP, explicou que é inconstitucional restringir o acesso de mães com filhos por discriminação. “Existem ambientes negativos para a criança ser exposta, por exemplo, uma balada, bares e lugares onde tenha muita movimentação noturna e em certos horários. Mas o critério tem que ser esse: o prejuízo à criança que deve preponderar em relação aos outros interesses”, disse.

Dessa forma, instituições voltadas ao público, como os bares, restaurantes e as universidades, apesar de serem privadas, de acordo com Serrano, têm a obrigação de garantir certos direitos, os quais não cabem somente no Estado, como não poder demitir em razão da orientação sexual, etnia ou raça. “Se a gente não permite que mulheres com filhos ingressem em ambientes comuns, vamos daqui a pouco estar permitindo, por exemplo, negros e LGBTQIA+ de entrarem nesses lugares”, destacou.

Para quem descumprir a lei, no plano do Direito Constitucional Administrativo, o professor pontuou que a penalidade é a suspensão do alvará de funcionamento dado pela Prefeitura. “Em qualquer concessão de autorização de funcionamento pelo Estado está implícito, ao meu ver, o dever de observação dos direitos fundamentais, um procedimento de acordo com os princípios da democracia constitucional”, destacou.

Para as mães que forem impedidas de acessar e/ou permanecer em locais por estarem acompanhadas de seus filhos podem e têm o dever de procurar o Ministério Público, o Procon ou a Delegacia da Criança e do Adolescente da cidade para garantir a proteção de seus direitos e dignidade.

### **Inclusão de mães em espaços públicos e privados**

Existem algumas mudanças estruturais que devem ser feitas para incentivar as mães a estarem em todos os espaços que quiserem.

No caso das universidades, Melissa Faria, de 20 anos – que não pode entrar na faculdade com sua filha de 11 meses –, disse, em desabafo na rede social, que adotar espaços para as crianças nas universidades seria um incentivo à educação. “O aleitamento materno é fundamental, todas as faculdades deveriam permitir. Se a mãe tivesse alguém responsável pelo filho dela ali, só por



© Reprodução Pixabay

quatro horas, já ajudaria muito. O número de mulheres no âmbito acadêmico aumentaria”.

Para as mães que querem ou precisam se exercitar e não tem com quem deixar as crianças, existem algumas academias de ginástica, por exemplo, que oferecem espaço kids, mas não são todas. A grande maioria dos espaços que dispõem desse serviço está localizada apenas em bairros nobres.

A atividade física proporciona maior qualidade de vida, inclusive mentalmente, para as pessoas. No caso das mães, deve ser incentivada pelo Estado e pelos estabelecimentos porque é importante para atender às demandas dessa nova fase de vida, a qual se apresenta com responsabilidades e sem contar, muitas vezes, com uma rede de apoio. Além disso, pode ser um meio de geração de emprego e mais alunos matriculados, sendo positivo também para o estabelecimento.

No site do Reclame Aqui, uma aluna da Smart Fit Palladium, em Curitiba, queixou-se de não conseguir frequentar aulas de dança por não ter com quem deixar sua filha, em 2019: “Quando uma mãe não tem com quem deixar seus filhos, são impedidas de malhar. Simples assim. Que tal ter a percepção de que não somente pessoas sem filhos frequentam e pagam a academia? Façam uma área kids. Se atentem que essa inclusão não é um favor que vocês fazem. E sim vocês se adequando a realidade.”

O acúmulo de funções das mulheres é um problema invisibilizado pela sociedade, por isso, a dificuldade que as mães enfrentam para equilibrar todas as demandas dentro e fora de casa passou a ser normalizada. Dessa forma, em meio a tantas conquistas de direitos femininos, ainda faltam políticas públicas eficazes que possam garantir acesso e permanência das mães em espaços privados e públicos.

## O grito de Dandara As vozes do Quilombo do Cafundó

Por Nanda Querne



© Nazaré Silva

No SESC de Itaquera, pessoas dançando ao som de Andreлина

Ao som de Andreлина, tamancas construídas artesanalmente dançavam em roda enquanto o samba de coco raízes de Arcoverde ecoava no Serviço Social do Comércio (SESC) de Itaquera. A herança dos escravizados é reescrita como uma melodia de bombos, chocalhos, maracas, surdos e ganzás.

A cada batida do pé no piso de madeira, as saias das mulheres giravam, giravam, giravam, giravam, giravam, giravam infinitamente. A arte pernambucana semeia os frutos da resistência daqueles a qual a liberdade um dia foi retirada – igual aos quilombos. Locais nos quais os negros lutavam contra o sistema escravista, como foi o caso do líder quilombola: Zumbi dos Palmares.

O guerreiro chefiou o Quilombo dos Palmares, no atual estado de Alagoas. Até que um dos “grandes” bandeirantes, Domingo Jorge Velho, o aniquilou a mando dos portugueses. Pouco se sabe sobre a história do Zumbi, mas a sua relação com Dandara não passa despercebida. Parceira, cônjuge, esposa...Uma das maiores guerreiras da resistência à escravidão é rebaixada a “mulher de alguém”. O machismo abafa as falas das quilombolas, porém elas gritarão até enrouquecer.

“As comunidades quilombolas existem e resistem por causa das mulheres” – constatou Regina Aparecida Pereira, 63 anos. A senhora Aparecida da Comunidade Quilombo do Cafundó, localizada em Salto de Pirapora, exalta o como o seu povo é o único que mantém o dialeto: cupópia. Falange originário da língua africana kimbundu da família banto – dita em Angola, de onde descendem.

A Cíntia Delgado, 35 anos, do Cafundó expressou a importância das lideranças femininas na comunidade: “O papel que essas mulheres fizeram lá atrás, abriu caminhos para que nós possamos contar a história delas”. Trazendo um pouco mais da terra quilombola, a feira do SESC mostrou os seus artesanatos como as miçangas, sprays energéticos, ervas para defumadores naturais e muito mais.

Com mais de cento e cinquenta anos de existência, a comunidade mantém os valores da sua ancestralidade. A Dona Regina enaltece as mulheres que a antecederam: “No Cafundó, nós temos um histórico da nossa matriarca, a vó Ifigenia, então tudo que a gente é hoje e têm se deve muito à ela. Depois dela, teve uma sequência de mulheres. As suas filhas, as suas netas, e por último, eu vim”.

A atual matriarca situa o como respeitam aqueles que vieram antes para influenciar os que virão: “A gente procura manter alguns costumes, ou fazemos trabalhos de vivência cultural para não nos perdemos, principalmente, as crianças”. Compartilham os seus ensinamentos através de oficinas iguais às que fizeram no SESC de Itaquera com o “Primaveras Periféricas” – projeto que (re)vive as tradições.

O jongo – manifestação cultural afro-brasileira, com o seu tom místico influenciou que o samba brasileiro, também chamado de caxambu, as quilombolas do Cafundó dançam aos batuques de um grande tambú. Elas até ensinam como fazer tranças africanas, incluindo as de estilo “nagô”. Essas atividades também ocorrem para ecoturistas os quais visitam o Cafundó.

Sobre a religião do seu povo, Delgado expôs o como priorizam a liberdade: “A gente respeita muito a nossa



*Dona Regina na feira cultural do SESC*

raiz, mas respeitamos o sagrado e individual de cada um”. Relatou como, atualmente, a relação da capela e a comunidade é de “puro amor”. Já no passado, a Igreja Católica impôs uma relação entre o quilombo e o templo.

Não só há uma congregação cristã dentro da comunidade desde os anos 80, mas também há as religiões de matriz africana. Cíntia concluiu o pensamento mencionando os direitos de cada indivíduo: “O mais importante para a gente é saber de onde viemos. Sabendo disso, o caminho que os quilombolas querem seguir daqui adiante é livre”.

Em entrevista à revista *Nosotras*, Dona Regina abordou como os tempos difíceis do mandato de Bolsonaro as incentivaram a se fortalecerem como comunidade: “Ficou muito claro para a gente que esse governo não fez nada. Tudo que temos, nós conquistamos. Não devemos nada a ninguém”. Ainda afirmou o como não insistem por ajuda: “Ficar na dependência e bater na porta desse governo seria um retrocesso, talvez até perder algumas conquistas”.

De acordo com a pesquisa do mês de setembro, de 2022, realizada pelo Instituto Datafolha, o candidato do Partido Liberal (PL) possui a maior rejeição entre pretos e pardos. A diferença da preferência dos negros entre Lula, candidato petista, e Bolsonaro cresceu de 12 para 16 pontos. Além do presidente da República ofender os pretos e a comunidade quilombola com os seus “slogans” preconceituosos: “Você pesa mais que 7 arrobas” – criticou Jair à um dos seus apoiadores.

Cíntia também manifestou a sua visão do atual governo: “A gente enxerga como um desgoverno, não somou em nada para nenhum cidadão brasileiro”. Ressaltou que o quilombo do Cafundó passou bem pela pandemia devido às suas terras nas quais cultivam e comercializam os seus alimentos orgânicos. Até foram a primeira comunidade a se vacinar contra à COVID-19. “Passamos bem, mas por mérito próprio. Não pelo presidente da República” – resumiu a quilombola.

Pelas ausências de políticas públicas, a titulação de suas terras não saiu ainda. Porém, possuem já o direito de posse. Mas, de acordo com o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, de 1988: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”.

Toda essa burocracia se deve à legitimação da propriedade privada nos campos rurais do Brasil – Lei das Terras, de 1850. Essa demanda exigiu critérios mais específicos para o posseiro e/ou proprietário, baseada nos conceitos capitalistas industriais. Logo, intitularam uma cobrança de taxa para “regularizar” a propriedade. Consequentemente, essa reforma inibiu que negros e quilombolas adquirissem terras – vindas da natureza – por serem pagas.

Delgado também citou o receio de perder os direitos já conquistados como a matriarca, só no próximo ano irão focar na pauta da titulação – responsável pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Porém, as suas reivindicações não paralisaram: “A luta não acabou, o título ainda é de extrema importância” – ressaltou Cíntia.

As quilombolas denunciam o como o próprio município – Salto de Pirapora – desvalorizava as terras de resistência: “Sempre foi um lugar que manteve a comunidade como se ela não existisse, nunca fez nada. Nunca reconheceu” – explicou Dona Regina. Um desinteresse municipal, estadual, federal e nacional.

Ao concluir, a matriarca citou o preconceito brasileiro: “Muita gente acha que no Brasil o racismo não existe, mas eu acredito que o racismo está muito enraizado ainda”. Abordou o como as pessoas velam as suas atitudes preconceituosas devido à intervenção passiva dos brancos na luta antirracista.

Pelas Dandaras, pelas Ifigêneas. Os nossos gritos pela liberdade ecoam nas terras, a luta não será em vão. As negras lhe honrarão, mesmo com sangue na mão.



*Cíntia Delgado na feira do SESC*

## Senzala contemporânea

# O papel do trabalho doméstico no avanço do feminismo

Enquanto algumas mulheres saíram de suas casas para o ensino superior, mercado de trabalho e vida pública, outras permaneceram – na casa da patroa

Por Bianca Novais



Roda de Conversa do FENATRAD sobre direitos das trabalhadoras domésticas

O dia 27 de abril é reservado no Brasil como o Dia da Empregada Doméstica. Entre 2021 e 2022, dois casos de trabalhadoras domésticas em situação análoga à escravidão se destacaram na mídia, mas em proporções diferentes.

O primeiro, na mesma semana da celebração, foi o resgate de Madalena Santiago, mulher negra que passou 50 dos seus 60 anos de idade trabalhando para uma família de Salvador em cárcere privado e sem receber salário, cuja história comoveu o país a partir da vídeo-reportagem produzida por uma filial da Rede Globo.

A segunda, em junho de 2022, foi o fenômeno em podcast “A Mulher da Casa Abandonada”, que contou a história de Margarida Bonetti, acusada e nunca processada por manter sua empregada doméstica nas mesmas condições que Madalena viveu, com investigação do jornalista Chico Felitti e publicação pela Folha de S.Paulo.

Infelizmente, Madalena e a vítima de Bonetti não são as únicas a passar por isso. De acordo com o Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), através da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), 1.937 pessoas

foram encontradas em trabalho análogo à escravidão em 2021. Desde 1995, mais de 57 mil trabalhadores foram resgatados da mesma situação, apesar de a Lei Áurea ter sido assinada há 134 anos, criminalizando a escravidão no Brasil.

O *modus operandi* dos escravagistas do século XXI é muito bem definido. Mulheres pretas e pobres, muitas vezes filhas das empregadas domésticas que já trabalham nas casas (Grandes) e que iniciam atividades laborais antes da pré-adolescência. Damaris Paes, 54 anos, faz parte da diretoria de migrantes da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) e, apesar de ser uma mulher loira de olhos azuis, passou pela mesma violência a partir dos 10 anos de idade.

“Eu comecei como ‘quase da família’, sabe?”, nos conta Damaris. “A que não tem salário. Ela tem a comida que sobra, a roupa que sobra e dorme do jeito que dá. Trabalhei assim por uns quatro anos.”

Durante seu relato, Damaris menciona pouquíssimos homens. Na linguagem casual é revelada a predominância feminina também no patronato. A atribuição do

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

trabalho doméstico ao feminino é comentada por Simone de Beauvoir, grande filósofa da segunda onda feminista, em sua principal obra, *O Segundo Sexo*, de 1949. Para ela, a manutenção do lar é um trabalho repetitivo, maniqueísta e sem fim, e por isso “a dona de casa suporta-o com ódio”.

No Brasil, o trabalho doméstico une o machismo e o racismo sob o véu da vida íntima. As relações entre empregadas e patrões se distinguem de outras relações trabalhistas devido ao ambiente em que ocorrem. “O abuso que as empregadas sofrem de seus patrões acontece dentro de casa, onde somente eles têm poder e elas estão sozinhas”, diz Maria Alice Prado, jornalista e autora do podcast “Levantando o Avental”.

Na série de podcast em quatro episódios, Prado relata a situação das empregadas domésticas no país e como se agravou na pandemia de Covid-19. Sobre sua pesquisa, a jornalista explica o desafio de coletar informações. “Como as empregadas trabalham sozinhas na esfera privada, é mais difícil de se unir e se organizar como categoria”.

Ao perguntar a Damaris sobre essa barreira de coletividade, ela pontua o desafio individual de reconhecimento da categoria. “Se você encontra uma babá e diz que ela é empregada doméstica, ela devolve ‘não, eu sou babá’. Eu, muitas vezes, não dizia que era empregada, dizia que eu ‘morava de favor’, porque nós somos uma classe desprezada. Por uma questão cultural, nós somos a classe oprimida.”

O fator cultural é a explicação central para a demora na conquista dos direitos trabalhistas. Enquanto o feminismo brasileiro se estabelecia no início do século XX, majoritariamente composto por trabalhadoras – quase todas brancas –, nas ruas lutando por sua participação na vida política, acadêmica e no mercado de trabalho, quem estava no lar cuidando de seus filhos e da sujeira da família? Certamente não eram os homens, que seguem mantendo seus privilégios sociais, políticos e econômicos mesmo com os importantes avanços do feminismo.

A Proposta de Emenda Constitucional 66/2012, ou a PEC das Domésticas, culminou na Emenda Constitucional No 72 ao Artigo 7º da Constituição Federal, somente em 2013. Salário-mínimo, jornada semanal de 44 horas, férias remuneradas e licenças-maternidade e paternidade são alguns dos direitos assegurados aos trabalhadores domésticos pela Emenda, que já eram garantidos aos profissionais CLT desde 1943.

Apesar do expressivo avanço que a Emenda representa para a categoria, ainda há muito a ser feito para garantir que o trabalho doméstico seja devidamente valorizado. “O Sindicato das Domésticas foi fundado em dezembro de 1990. De lá para cá, a gente vem trabalhando com associados também, como o SEDESP, o sindicato das patroas”, nos conta Damaris. “A gente trabalha para os direitos serem ampliados. Hoje temos piso salarial da categoria, temos fundo de garantia, três parcelas do seguro-desemprego, mas são três salários-mínimos. Em outras categorias são mais parcelas e é de acordo com o salário médio, mas para a empregada doméstica é tudo igual, independente do salário que ela ganha”.

Ao listar todos os direitos conquistados para sua profissão, Damaris sempre fala no plural. “Nós, “a gente”. O desenvolvimento de união entre profissionais de um trabalho muitas vezes solitário não é fácil, por isso perguntei a ela sobre sua jornada sindical.

Após passar muitos anos trabalhando no SUS, Damaris teve seu interesse por políticas públicas despertado. Durante esse período, em uma viagem ao Rio de Janeiro, cidade natal de seu marido, ela conheceu casualmente Benedita da Silva (PT), à época vereadora. “Eu não tinha voltado ainda a ser empregada doméstica, mas perguntei a ela ‘a senhora não era empregada doméstica?’, e ela respondeu que sempre foi. Sua avó tinha sido escrava, sua mãe foi empregada doméstica e ela também. Perguntei sobre a luta dela na política, e ela me respondeu ‘eu luto pelas empregadas domésticas, eu luto pela minha categoria’, e fiquei com aquilo na cabeça”.

Essa luta não cabe apenas às trabalhadoras. A professora de Artes Thaís Mamprin acredita que é fundamental contar as histórias das empregadas domésticas e dar voz a elas. Em sua profissão, Mamprin desenvolveu projetos com alunos do Ensino Fundamental sobre Carolina Maria de Jesus, renomada escritora negra, favelada e trabalhadora doméstica. “É nítida a mudança no comportamento das crianças, principalmente das meninas, quando a gente trás para a aula alguém com quem elas se identificam ou identificam alguém de suas famílias. Elas passam a se ver de forma mais positiva”, pontua a professora.

“Em 2015, eu fui trabalhar em uma casa e meu patrão me perguntou se eu conhecia meu sindicato”, continuou Damaris, sobre sua sindicalização. “Respondi que nunca precisei. A gente tem essa ideia, de que a gente não precisa do sindicato e ele não precisa da gente, o que é totalmente errado”. Após trocar de emprego, sua nova patroa não apenas perguntou: “Foi ela mesma que queria me associar e pagava os 15 reais da mensalidade. Quando comecei a ver o trabalho da

presidente, que é a Silvia, e da Zenilda, do jurídico, eu passei a frequentar”.

O patronato é um personagem chave na saga pela expansão dos direitos trabalhistas domésticos, não apenas acatando às regulamentações jurídicas, mas na linha de frente também. “O esposo da Zenilda fundou o sindicato. Ela nunca foi empregada, sempre foi patroa, mas ela criou os filhos no sindicato e se envolveu na luta em homenagem à babá dela, que foi quem criou ela. Ela faz tudo sempre em memória a essa babá e a todas nós”.

Outras referências de trabalhadoras domésticas notórias são a rapper e escritora Preta Rara, que publicou em 2019 o livro “ Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada”, a influenciadora e fundadora do projeto “Faxina Boa”, Veronica Oliveira, a historiadora e política Marina Silva. Estas, como tantas outras, compõem a linha de frente de um feminismo cada vez mais abrangente, que deve abolir tanto o “quartinho” quanto a “casa grande” na busca pelas equidades interseccionais de gênero, raça e classe. —————

© pt.org.br



*Benedita da Silva  
na Câmara dos  
Deputados,  
em Brasília*

# Jornalista peruana compartilha sua paixão pelo jornalismo

## e as dificuldades da profissão diante de ataques constantes

**Apesar de processos judiciais injustos em seu nome, Paola Ugaz afirma que não deixará se abater**

Por Maria Ferreira dos Santos

As maneiras de repressão e desrespeito ao exercício jornalístico são diversas. E as mulheres jornalistas costumam ser o principal alvo desses ataques, segundo relatório da UNESCO, publicado em 2021, 73% dessas profissionais sofreram algum tipo de violência. Apesar desse cenário hostil, as mulheres permanecem em luta para que haja uma diversidade de perspectivas na mídia. Para tal, é necessário, entre outras coisas, permitir que as mulheres jornalistas possam compartilhar as suas histórias. Os relatos de **Paola Ugaz** para **Nosotras**, revelam uma história de amor pelo jornalismo.

**Nosotras:** Como e por que você escolheu o jornalismo como carreira?

**Paola Ugaz:** Me tornei jornalista por uma casualidade. Estudava Antropologia na PUC, em Lima e no final de 1999 estava buscando emprego. Eu tinha conhecido o diretor da Revista Caretas<sup>1</sup> em Lima e um amigo do ofício, como estava buscando emprego me ocorreu de os procurar, eu gostava de fotografia e pensei que poderia ser fotógrafa [da revista]. Eles me disseram que eu consegui a vaga, mas de redatora, para escrever e não tirar fotos.

O fim de 1999 foi justamente quando o ex-presidente Alberto Fujimori<sup>2</sup> queria ser reeleito pela terceira vez, era um governo muito autoritário e havia muita pressão à imprensa. A imprensa que não era oficial, né? Os canais de televisão foram tomados, então, ser jornalista era muito difícil.

Em poucos meses que estava ali fiz minha primeira matéria de capa. Minha primeira investigação. Aprendi jornalismo na melhor escola, eu me apaixonei pelo jornalismo. É a minha paixão, o que mais gosto de fazer no mundo. Vou fazer 100 anos e estarei com meu caderno sendo jornalista. Amo ser jornalista! Nós jornalistas fazemos o rascunho daquilo que se torna história.



© Reprodução: International Women's Media Foundation

**Paola Ugaz** é jornalista peruana e se dedica a investigar injustiças e abusos aos direitos humanos. É co-autora com o jornalista Pedro Salinas do livro “Mitad Monjes, Mitad Soldados”, que fala sobre os abusos físicos, psicológicos e sexuais de *Sodalicio de Vida Cristiana*, importante organização católica no Peru.

No ano 2000, nós cobrimos o governo Fujimori, que acabou neste mesmo ano por conta dos casos de corrupção. E, bem, a partir daí a corrupção veio em outros governos, eu investigava muito também os direitos humanos e escrevi um livro que se chama “*Ponche Perú*”. *Ponche*, em espanhol é como um jargão dos carregadores do mercado de Lima que carregavam mais de 50 quilos e, por isso, tinham as costas quebradas. A ideia era contar que os carregadores do mercado de Lima eram um grupo que tinha que ser atendido porque a gastronomia no Peru é muito importante. Se a gastronomia é muito importante, tem que tratar bem quem carrega as frutas e verduras.

Fiz uma investigação que durou 04 anos sobre desaparecidos, os familiares de desaparecidos no Peru por causa

<sup>1</sup> A Revista Caretas é um grande veículo de comunicação peruano existente desde 1950. Ela é reconhecida pelos seus trabalhos investigativos e seu teor satírico.

<sup>2</sup> Alberto Fujimori foi eleito presidente no Peru em 1990, com o apoio das Forças Armadas ele aplicou um autogolpe, em 1992, que lhe permitiu governar até 2000. Esse período foi marcado por medidas autoritárias e violação de direitos humanos.



da guerra interna, do conflito armado de 1980 a 2000. Se chama “*Los Que se Perdieron*”<sup>3</sup>. Bem, daí fiz outra investigação com Pedro Salinas, sobre Sodalício, que é uma seita católica com abusos físicos, psicológicos e sexuais. Essa é a história que me trouxe até aqui, porque me causou inimizades, perseguição em redes sociais, ameaças de morte e vários processos judiciais que não acabaram.

**Nosotras:** Diante de tantas dificuldades, o que te motiva a não desistir?

**Paola Ugaz:** Várias coisas ao mesmo tempo. Uma mulher em esfera pública, como dizia a ex-presidenta Michelle Bachelet<sup>4</sup>, não perguntam a ela o mesmo que perguntam a um político homem. Creio que o que devemos fazer sempre que uma de nós é atacada, é retratá-la. Temos que dizer basta! Não podemos ceder.

Porque sabemos que há outras mulheres jornalistas jovens que estão atrás de nós e que estão observando o que está acontecendo, é importante dar o exemplo. É importante dizer que deve-se continuar a investigar organizações poderosas. Temos que seguir em frente por mais duro que seja, porque os que querem nos calar, não querem escutar as nossas histórias. E o que devemos fazer é seguir contando, seguir explicando essa história até que eu me canse. Essa história é importante porque vidas mudaram a partir dela, a vida dos sobreviventes melhorou.

Essa história de dois jornalistas peruanos, tanto Pedro Salinas como eu, é conhecida em nível mundial em conjunto com a história chilena do ‘Caso Karadima’<sup>5</sup> ou ‘Os Legionários de Cristo’<sup>6</sup> no México.



*Michelle Bachelet foi a primeira mulher a ocupar o cargo de Presidente da República no Chile*

Nós queremos que essa história possa ajudar os sobreviventes que colaboraram com o livro e possa melhorar suas vidas que foram abaladas ao entrar nesta seita chamada Sodalício.

**Nosotras:** A sua dedicação ao jornalismo te rendeu o ‘Prêmio Coragem em Jornalismo’ da IWMF, 2021. Como você se sente com essa vitória?

**Paola Ugaz:** Muito emocionada, muito contente. Receber esse prêmio foi como tocar o céu com as mãos.

**Nosotras:** Quais são as suas maiores dificuldades como jornalista?

**Paola Ugaz:** O que eles estão fazendo no Peru é processar jornalistas sem nenhum fundamento por outros crimes que não têm nada a ver com difamação. Estão processando jornalistas por outros delitos e a Justiça aceita esses processos. Os jornalistas já não se solidarizam contigo, porque não é só um delito de difamação, de liberdade de expressão, são outros delitos. Assim os jornalistas dizem ‘ui, Paola deve ter feito alguma coisa’, porque eu estou sendo investigada por lavagem de ativos e corrupção de funcionários. Eles não se preocupam em pensar, ver, revisar nem conhecer o caso, não querem saber se é verdade ou mentira, eu já estou sendo processada e investigada por lavagem de ativos e corrupção de funcionários pela Justiça. Mesmo que tudo isso seja mentira, absolutamente mentira, a única parte verdadeira dessa denúncia é o meu nome. Mas ainda assim, eles podem publicar reportagens com o meu rosto dizendo ‘está sendo investigada por lavagem de ativos’ e não estariam mentindo.

Então, é isso que está se passando em Lima. Eu estou na

<sup>3</sup> “*Los Que se Perdieron*” é um livro que reúne artigos, testemunhos, imagens e histórias de familiares que buscam há anos seus familiares desaparecidos.

<sup>4</sup> Michelle Bachelet foi presidenta do Chile durante dois mandatos, o primeiro deles de 2006 a 2010, o segundo de 2014 a 2018, sendo a primeira mulher a ocupar esse cargo. Bachelet também ocupou o cargo de alta comissária da ONU para Direitos Humanos.

<sup>5</sup> ‘Caso Karadima’ foi como ficou conhecido o escândalo de abusos sexuais na Igreja Católica no Chile. Esse episódio atraiu interesse internacional não só pelo fato de parte das vítimas serem menores de idade, mas também por se tratar de sacerdotes com grande influência na elite religiosa chilena.

<sup>6</sup> ‘Os Legionários de Cristo’ é uma importante organização católica, no México foi emitido um relatório que expõe uma cadeia de abusos que aconteceu durante décadas, revelando abusos sexuais cometidos por diversos líderes religiosos da instituição.





© Carlos Chunga/EI Comercio

A jornalista Paola Ugaz é coautora do livro 'Mitade Monges, Mitad Soldados'

capital do Peru, dentro de tudo, tenho acesso à mídia e à denúncia. Mas meus colegas estão fora de Lima, estão em La Selva, em Los Andes, não têm a mesma sorte que eu e, infelizmente, estão se calando, preferem se auto censurar e não seguir com sua história porque correm perigo, porque sua família necessita comer e seus trabalhos não suprem isso.

**Nosotras:** Tratar de política e corrupção aqui no Brasil é um assunto sensível. Você trabalha justamente com essas pautas, no Peru também é assim?

**Paola Ugaz:** Vocês têm um presidente que não permite a investigação de si e de seu entorno, nós peruanos temos agora, por exemplo, o caso da Lava Jato, todos os ex-presidentes do Peru, desde de 2000 até agora, com exceção dos presidentes de transição, estão envolvidos com o caso Lava Jato de corrupção, eles receberam dinheiro de empresas brasileiras para ganhar a presidência. No meu caso, eu investiguei a organização católica chamada *Sodalicio*, isso causou com que me investigassem e inventassem crimes e todo um caso de perseguição. Aqui o governo ainda (cruzamos os dedos por isso) não persegue diretamente tanto o jornalismo. O que está acontecendo são as máfias organizadas perseguindo os jornalistas, como a de extração ilegal nas florestas, as máfias que eu investigo, as máfias de transporte que não querem que haja transporte público. Essas sim perseguem os jornalistas diretamente, estão preparadas até que eles [jornalistas] caíam, e isso é muito mais embaixo, é uma perseguição muito mais sofisticada.

**Nosotras:** Como você crê que podemos combater essas ameaças ao jornalismo?

**Paola Ugaz:** O que temos que fazer é falar. Tens que publicar, publicar e publicar, por mais duro que seja. Para mim o

mais difícil é voltar a escrever depois de algum incidente, mas temos que fazer. Temos que fazer, não temos outra escolha a não ser fazer mais e melhor o jornalismo.

**Nosotras:** Como você enxerga a importância do jornalismo para democracia?

**Paola Ugaz:** Em meu país temos uma democracia débil, instituições débeis. Então, o jornalismo tem um papel chave para contar a história desse país com diferentes complexidades e, por isso, é tão importante o trabalho que nós jornalistas fazemos, porque infelizmente é um país com uma democracia precária, onde denunciar a diferença te traz problemas. Por isso, os jornalistas têm que ser responsáveis com aquilo que publicam. Temos que trabalhar até o final para que seja publicado e esteja bem checado, e essa não é uma tarefa fácil, e não vai ser fácil, mas temos que continuar fazendo.

Você vai ter que voltar 30 vezes no seu texto, entrevistar mais gente para que fique bem claro e quando você publicar não precisará de correções. E, se você se equivocar, será por mero detalhe. É importante ser rigoroso e paciente, nunca publicar só por publicar.



© Freepik: Wikimedia Commons

## Gozo feminino Censurado, liberto e redescoberto

Como a negligência ao corpo feminino relegou as mulheres um não protagonismo no seu prazer e de que forma a educação sexual pode ajudar a desconstruir esse paradigma

Por Malu Araújo e Sônia Xavier

Falar sobre sexo é ainda um tabu, ao menos para as mulheres. Culturalmente o sexo sempre foi domínio do homem, eles decidiam o que fazer, como e quando fazer. O patriarcado também se apropriou do corpo feminino e determinou o ideal de corpo perfeito, estimulado, principalmente, pela pornografia. O estereótipo da vulva, com características infantis, tornando-se o modelo a ser alcançado, é um grande exemplo disso.

A relação construída pelos gêneros, sobre o prazer sexual, durante os séculos é totalmente oposta. Os meninos são estimulados desde muito cedo a consumir conteúdos sexuais, a explorar o seu corpo e conhecer formas de sentir prazer. Por outro lado, a mulher é ensinada a ter vergonha do próprio corpo e a levantar barreiras contra o sexo com a construção de tabus. “O sexo foi assossiado a tudo de mais baixo e negativo, ele foi assossiado ao pecado, à culpa, vergonha, como se fosse algo que diminuí o nosso valor”, declara Lua Menezes, especialista em sexualidade e psicologia positiva.

Quando se fala em sentir prazer, outras questões também são levantadas, como a idade ou mesmo a maternidade. Tais condições, muitas vezes, ditam os espaços que essas mulheres vão ocupar dentro das relações sexuais.

A sociedade ainda carrega o estereótipo de uma velhice axessuada, sustentada, principalmente, na ideia das influências hormonais no corpo feminino. Entretanto, essa ideia é refutada por Beltrina Côrte, de 63 anos, que enxerga no prazer sexual uma forma de celebrar a vida. “Eu acho sinceramente que sem prazer não há vida e a gente só perde o prazer e o tesão no último respiro da nossa existência”.

Beltrina, diz que ainda está aprendendo sobre as suas zonas erógenas e salienta a importância de saber o que funciona no próprio corpo para, também, guiar o parceiro ou parceira durante o ato sexual “eu ainda estou aprendendo e descobrindo várias, o importante é ter diálogo com o parceiro que você tem, ir apontando, identificando o que te daria mais prazer ou não e isso você vai descobrindo com o tempo, na vivência desse prazer”.

Já sob a perspectiva da sociedade patriarcal frente à maternidade, a falta de apetite sexual passa pela imagem sacralizada da pureza, cuidado e afetuosidade atribuída às mães e não considera, muitas vezes, a carga emocional

das expectativas e cobranças que a nova realidade impõe sobre elas.

Maiara Nascimento, 29, mãe de uma criança de 1 ano e 4 meses, relata que a suas dificuldades em se relacionar depois da maternidade vêm justamente da atenção que o filho demanda “pra mulher [o prazer] já é mais difícil, depois que se é mãe tem uma série de coisas por trás como a cama compartilhada, os despertares noturnos da criança e fica mais difícil se concentrar”.

### A menina podada x a mulher fatal

*“Essa criança é podada de todas as formas e aí ela fica adulta e tem que se tornar a mulher fatal, essa conta não fecha”.*

Essa fala foi dita pela educadora sexual e autora Cida Lopes, ao explicar que a educação moralista e casta, dada a uma menina, não é condizente com a mulher que um dia a sociedade cobra que ela se torne. “Passa a infância e a adolescência falando que não pode, de repente você tem que ter orgasmo, tem que ejacular, você tem que fazer um monte de coisa, sendo que você não aprendeu”, descreve a educadora. Esse contraste demonstra o quanto o prazer feminino não está a favor da mulher, mas sim das obrigações que a sociedade impõe sobre seu desejo e vontade.

E esse lugar onde o prazer feminino é colocado gera padrões sociais e performáticos da mulher ideal, afinal, ela precisa ser recatada de dia e fogaosa de noite. A autora ressalta que: “nós não aprendemos apenas a nos comportar, nós também aprendemos a sentir [...] se ela nunca se viu, se ela nunca se tocou, se ela se acha uma vadia por isso” e isso afeta a forma como as mulheres enxergam e entendem as formas de se dar prazer, já que ele não é delas e nem para elas.



© Thiago Pinho

Em consonância com a ideia anterior, o documentário “Fundamentos do Prazer” traz a ideia acerca de um fenômeno chamado “Desigualdade de Orgasmo”, no qual relata que cerca de 95% dos homens chegaram a um orgasmo, enquanto apenas 66% das mulheres alcançam o mesmo. Entre os motivos que fazem as mulheres terem menos orgasmos está a ausência de uma educação que ensine as mulheres sobre a autonomia e liberdade de seu corpo, o tabu que ainda existe sobre o prazer feminino, a falta da exploração do próprio prazer, entre outros.

Lua, que é autora de “Rio Profano”, aponta que são vários os mitos que cercam o corpo feminino e sua imaculabilidade, como por exemplo, o mito da virgindade, “não é à toa que a gente tem vergonha de falar sobre sexo”, analisa Menezes.

### Educação, para quê?

*“Só de uma menina crescer sem saber que o órgão dela se chama vulva, vagina, já é uma forma de distanciar ela do seu próprio corpo”.*

Cida Lopes esclarece que “só de uma menina crescer sem saber que o órgão dela se chama vulva, vagina, já é uma forma de distanciar ela do seu próprio corpo” e essa educação por vezes não a afasta apenas do autoconhecimento sobre si, mas também a leva a não reconhecer os seus limites. Para a educadora uma coisa não pode ser separada da sexualidade: “o dever de consentimento, se eu não valido o meu corpo é o outro que vai me falar. E onde vai estar o limite?”, indaga a sexóloga.

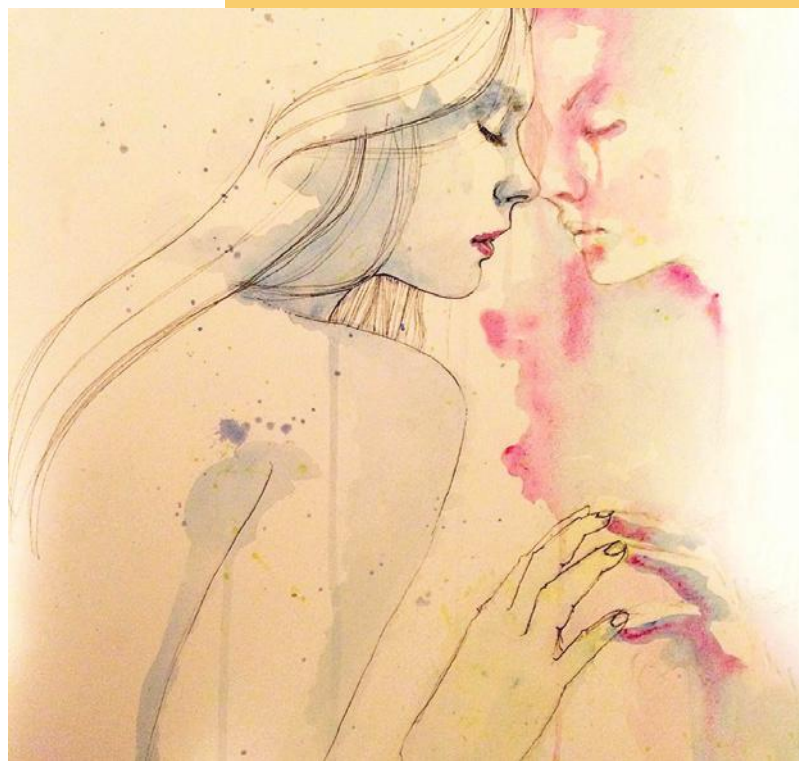
Para a estudante de jornalismo de 20 anos, Lais Bonfim, o sexo é ensinado de maneiras opostas ao homem e a mulher, “eles já são expostos ao sexo [desde criança] e a gente não, a gente tem que se esconder mais, não podemos nos explorar e eles se exploram muito mais”, salienta a graduanda.

Cida explica que esse antagonismo dito por Laís tem um objetivo porque enquanto a mulher não é ensinada e não aprende sobre o que valorizar para ter prazer ela não escolhe, mas sim é escolhida. “Agora, na hora que eu me permito escolher eu começo a olhar”, esclarece Lopes.

### Prazer, quero te redescobrir

“Ninguém nasce com vergonha do próprio corpo, isso é aprendido, a nossa salvação é que se a gente aprendeu errado, a gente pode reaprender de uma forma diferente”, expressa a educadora Cida sobre como nunca é tarde para se redescobrir o prazer.

Uma das primeiras coisas a se ter em mente quando se pensa na satisfação sexual é que sexo não é só penetração, o corpo em si traz uma infinidade de possibilidades para serem exploradas. Muitos entendem como “zonas erógenas” apenas algumas partes restritas do



© Thiago Pinho

corpo, entretanto, especialistas e sexólogas ressaltam que o corpo é todo erógeno, sendo cada zona sensível ao prazer.

Uma das propostas feitas por Lua Menezes é sobre explorar mais o toque feminino sobre sua vulva, entendendo a masturbação como um momento de autocuidado e auto amor que a mulher pode se dar. “Ter um orgasmo vai liberar hormônios do prazer, isso é uma medicina que o corpo tem”, aconselha Lua sobre o ato.

A sexóloga e psicóloga Caroline Schlossmacher, indica que o sexo deve ser visto como algo que vá além da penetração. “Nosso maior órgão que pode nos dar prazer é a pele, então explorar o toque de diferentes formas, texturas, momentos, e principalmente, o toque não genital é uma excelente forma de explorar a sexualidade”, ilustra Caroline.

Além disso, existe também a possibilidade do autoconhecimento por meio da literatura erótica, sendo possível fantasiar e experimentar diferentes formas de prazer, inclusive, surpreendendo-se com coisas que não se imaginava gostar antes. “A literatura erótica é uma forma de conhecer o sexo, o corpo e a você mesmo. Ela nutre o erotismo, acorda a libido, mexe com o desejo”, entusiasma a especialista Lua.

No final das contas, a autonomia sexual está no entendimento de que o sexo “é o que você faz pelo outro, com o outro e além do outro” durante o compartilhamento do prazer, mas ao fim é importante que você saiba: “o outro não é o seu limite, você é o seu limite!”, encerra a educadora Cida Lopes.

